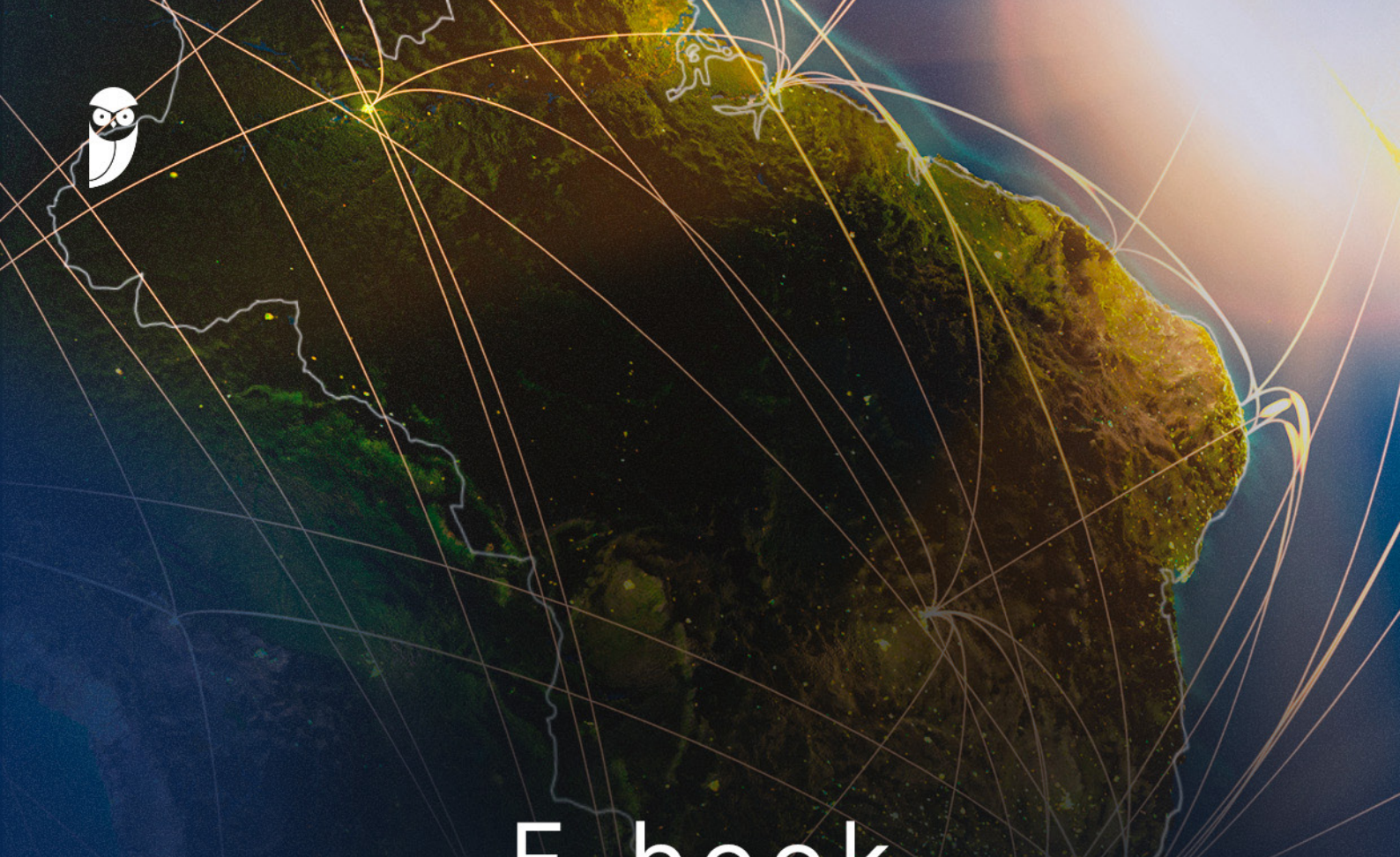

E-book

CNU 2024

BLOCO 3

PROVA COMENTADA

ESTRATÉGIA CONCURSOS

SUMÁRIO

BLOCO 3 - AMBIENTAL, AGRÁRIO E BIOLÓGICAS - MANHÃ 3

CONHECIMENTOS GERAIS 3

QUESTÃO DISSERTATIVA 25

BLOCO 3 - AMBIENTAL, AGRÁRIO E BIOLÓGICAS - TARDE 27

EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA 27

EIXO TEMÁTICO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS 36

EIXO TEMÁTICO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM NO MEIO RURAL 48

EIXO TEMÁTICO 4 - PRÁTICAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MEIO RURAL 58

EIXO TEMÁTICO 5 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MEIO RURAL 68

BLOCO 3 - AMBIENTAL, AGRÁRIO E BIOLÓGICAS - MANHÃ

CONHECIMENTOS GERAIS

1. A Constituição é lei e deve ser cumprida. O cidadão tem a responsabilidade de participar. Cada um faz a diferença. A democracia se constrói, se aprende e se reaprende. O Brasil está fadado a ser uma nação justa, livre e igualitária. Nesse sentido, à luz da Constituição Federal de 1988 e em respeito ao Estado Democrático de Direito, assegura-se que o(a):

A) trabalho do preso deve ser remunerado, observando-se o mesmo patamar mínimo instituído por lei para o salário mínimo, já que seu objetivo é garantir proteção aos trabalhadores que se encontram na base da pirâmide salarial.

B) Poder Judiciário, à vista do princípio da isonomia, uma vez acionado, poderá aumentar os vencimentos de servidores públicos, considerando o desempenho em funções e cargos correlatos.

C) partido político, em virtude do princípio da igualdade, pode criar distinções na distribuição dos recursos públicos destinados à campanha eleitoral exclusivamente baseadas no gênero.

D) extensão, às uniões homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas de gênero distinto não se justifica, visto que isonomia é tratar da mesma forma apenas os que são iguais e de forma distinta os que são diferentes.

E) segregação de presos provisórios com apoio no grau de instrução acadêmica é inadmissível, pois trata-se de mera qualificação de ordem estritamente pessoal.

Comentários:

A. Incorreta. Conforme entendimento do STF na ADPF 336, o trabalho do preso é remunerado com o valor de 3/4 do salário-mínimo, no mínimo, não sendo observado o mesmo patamar do salário-mínimo comum.

B. Incorreta. Conforme entendimento do STF, na Súmula Vinculante nº 37, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

C. Incorreta. Os recursos devem ser distribuídos igualmente, sem distinção de gênero, conforme a Resolução do TSE nº 23.605/2019.

D. Incorreta. As uniões homoafetivas possuem os mesmos direitos das uniões heteroafetivas, não havendo distinções entre ambas, conforme ADPF 132.

E. Correta. Segundo o STF, na ADPF 334, a distinção dos presos por diploma de nível superior é medida discriminatória, promove a categorização de presos e fortalece desigualdades. Assim, não é mais aplicada.

Gabarito: Letra E

2. A teoria da separação dos Poderes da República tem desempenhado um papel primordial na conformação do chamado Estado Constitucional.
Dessa forma, reconhece-se que

A) a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.

B) a ingerência do Poder Judiciário é inadmissível na imposição de sanções pelo Poder Executivo, no que diz respeito ao incumprimento da obrigação de pagar tributos, em respeito ao princípio da separação dos poderes.

C) o Poder Judiciário não pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, pois essa determinação configura violação do princípio da separação dos poderes.

D) o Poder Judiciário pode exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas regimentais das Casas Legislativas.

E) as comissões estaduais de inquérito (CPIs), em homenagem ao princípio da separação de poderes, não podem requerer quebra de sigilo de dados bancários.

Comentários:

A. Correta. Segundo entendimento do STF proferido no RE nº 684612, a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais em caso de ausência ou deficiência grave do serviço não viola o princípio da separação dos poderes. Segundo o STF, a decisão judicial deve determinar medidas pontuais, apontando os objetivos a serem alcançados pela Administração Pública.

B. Incorreta. O princípio da separação dos poderes não é absoluto, podendo ser restringido em alguns casos.

C. Incorreta. Conforme entendimento do STF, no AgInt no Recurso Especial nº 1.304.269 – MG, ante a demora do Poder competente, o Poder Judiciário poderá determinar, em caráter excepcional, a implementação de políticas públicas de interesse social. Nesses casos, não há que falar em violação da separação de poderes.

D. Incorreta. O STF entende, no RE nº 1297884, que é defeso ao Poder Judiciário exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas meramente regimentais das Casas Legislativas, por se tratar de matéria interna corporis, tendo em vista o princípio da separação de poderes.

E. Incorreta. Conforme entendimento do STF, proferido no ACO nº 3479, há possibilidade de as CPIs estaduais requererem a quebra de sigilo bancário.

Gabarito: Letra A

3. No Brasil, o presidencialismo foi instituído a partir da Proclamação da República, em 1889, e desde então vem sendo o sistema de governo adotado ao longo de toda a evolução histórica republicana, previsto em todas as Constituições brasileiras desse período. O presidencialismo brasileiro se configura como forma de governo

A) popular

B) unificador

C) ideológico

D) de garantias

E) de coalizão

Comentários:

E Correta. A atual Constituição brasileira definiu o presidencialismo como sistema de governo. O sistema presidencialista de governo adotado pelo Brasil é denominado por parte da doutrina de "presidencialismo de coalizão", cujo ponto de relevo está na relação entre Executivo e Legislativo, uma vez que as coalizões partidárias, as escolhas dos presidentes da Câmara e do Senado e as competências atribuídas ao Presidente da República no processo legislativo ditam o trabalho dos Poderes.

Assim, incorretas as demais alternativas, pois não fazem parte da definição do presidencialismo no Brasil.

Gabarito: Letra E

4. Considere o texto a seguir, que foi publicado na Agência Câmara de Notícias (adaptado).

Entre as prioridades para o Orçamento de 2023, o projeto de lei destaca a agenda da primeira infância, que inclui construção de creches; ações voltadas à segurança hídrica; incentivo ao uso de energias renováveis; programas voltados para geração de emprego e renda; e investimentos plurianuais em andamento.

O trecho acima faz referência a um instrumento de planejamento da Administração Pública que, além dos itens citados no texto, deve legalmente dispor também sobre

A) limites para suplementações orçamentárias no exercício

B) diretrizes para criação de programas de duração continuada

C) critérios e programas para redução das desigualdades regionais

D) parâmetros específicos para execução do orçamento de áreas funcionais

E) normas para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento

Comentários:

O texto fornecido faz referência a um instrumento de planejamento da Administração Pública que define prioridades, como a construção de creches, segurança hídrica, uso de energias renováveis, e programas de geração de emprego e renda, além de investimentos plurianuais. A questão, primeiramente, exige que o candidato identifique qual instrumento de planejamento ao qual o trecho se refere. Perceba que o texto já inicia com "*Entre as prioridades para o Orçamento de 2023, o projeto de lei destaca*", o que nos leva a perceber que se trata de um instrumento que estabelece prioridades para o Orçamento de 2023, logo, estamos diante de uma passagem da LDO. Devemos, então, buscar um item que, além de dispor sobre o que já consta no texto, elenque outra atribuição da LDO.

O gabarito é o item E, pois consta de maneira expressa no art. 4º da LRF, vejamos:

> *Art. 4o* ***A lei de diretrizes orçamentárias*** atenderá *o disposto no § 2o do art. 165 da Constituição e:*
> *I -* ***disporá*** *também sobre:*
> ***e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;***

Essa função é crucial para garantir que as prioridades estabelecidas, como aquelas mencionadas no texto (creches, segurança hídrica etc.), sejam efetivamente alcançadas e que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e transparente.

Gabarito: Letra E

5. Dados apresentados pelo Tesouro Nacional revelam que "a despesa de pessoal do Poder Executivo Federal atingiu 18,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2022, uma redução de 2,9 pontos percentuais em relação a 2021, quando foi de 21,8% da RCL".
Esse resultado foi apurado após o encerramento do exercício de 2022 e sua análise indica que a(o)

A) base de apuração do limite registrou um aumento significativo no período.

B) exclusão de despesas com pessoal terceirizado explica a redução do percentual.

C) margem em relação ao limite máximo representou maior folga fiscal em 2022.

D) valor apurado voltou, com a redução, a ficar abaixo do limite prudencial.

E) governo só pode aumentar seu gasto com pessoal se reduzir os percentuais apurados.

Comentários:

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites para as despesas com pessoal, sendo que o limite para o Poder Executivo Federal é de 40,9% da Receita Corrente Líquida (RCL). A LRF estabelece limites para as despesas com pessoal, sendo que o limite para o Poder Executivo Federal é de 40,9% da RCL. Se em 2021 já estava bem aquém do limite prudencial, em 2022, deixou uma folga fiscal ainda maior em relação ao ano anterior.

Segundo o art. 20 da LRF, os limites globais serão repartidos entre os poderes e o Ministério Público, não podendo exceder os seguintes percentuais da receita corrente líquida:

LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL POR PODER E ENTES				
	∑ = 50%	∑ = 60%		
	UNIÃO	ESTADOS	ESTADOS COM TCM (BAHIA, PARÁ E GOIÁS)	MUNICÍPIOS
EXECUTIVO	40,9%	**49%**	**48,6%**	54%
LEGISLATIVO	2,5%	**3%**	**3,4%**	6%
JUDICIÁRIO	6%	6%	6%	-
MINISTÉRIO PÚBLICO	0,6%	2%	2%	-

O percentual apurado de 18,9% em 2022 indica que há uma folga significativa em relação ao limite máximo permitido. Essa folga significa que o governo federal teve mais margem fiscal em 2022, o que pode ser utilizado para aumentar despesas, realizar novos investimentos, ou mesmo para criar um colchão de segurança fiscal.

Gabarito: Letra C

6. No contexto da redemocratização política do Brasil, em especial em função da promulgação da Constituição Federal de 1988 e graças à mobilização da sociedade civil e de lideranças indígenas, observou-se a ampliação do direito à proteção e ao usufruto das terras dos povos originários. No entanto,

É muito comum nos depararmos com afirmações de que, no Brasil, "há muita terra para pouco índio", geralmente acompanhadas de assertivas segundo as quais as populações indígenas e tradicionais são um "entrave ao desenvolvimento". A primeira questão a se colocar quanto a isso seria justamente a respeito da definição do modelo de desenvolvimento. Essas são certamente duas imagens cristalizadas cuja origem remonta às décadas de 1950-1970, quando vigorava um conceito de desenvolvimento associado ao nacional-desenvolvimentismo, e que têm voltado com muita força no atual contexto brasileiro, em meio a violentas disputas pelos territórios indígenas. [...] Por outro lado, a extensão das terras brasileiras que são propriedade particular de grandes produtores rurais abrange cerca de 20% do território nacional, repartidas em pouco mais de cem mil propriedades. [...] A renda do setor, que cresceu 13% em 2017, é a que, por anos, vem carregando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, correspondeu nos últimos 15 anos, em média, a 23% do PIB nacional (CEPEA, s.d). Em função desse modelo de desenvolvimento, voltado para a exportação de produtos primários, os povos indígenas continuam sendo considerados um "empecilho" ao desenvolvimento, mas um desenvolvimento praticado de forma predatória, ao bem dos interesses particulares de poucos, e não do interesse comum.

LOUREIRO, C. D. Direitos dos povos indígenas e desenvolvimento na Amazônia. Revista de Estudios Brasileños. Universidad de Salamanca, v. 6, n. 11, p. 56-57, 2019. Adaptado.

Levando em conta o texto acima, a noção de que "há muita terra para pouco índio"

A) justifica-se pela condescendência da legislação indigenista, própria da Constituição Federal de 1988, a qual, complacente com a ociosidade que marca as culturas indígenas no país, privilegia os povos originários, promovendo, assim, a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos indivíduos.

B) legitima-se pelo avanço do agronegócio no Brasil, uma vez que concorre para a ampliação das fronteiras agrícolas, na mesma medida em que contribui para a proteção do direito à terra e para a manutenção dos modos de vida dos povos originários.

C) relaciona-se com uma certa concepção de desenvolvimento, associada a um tipo de exploração predatória da terra, da qual decorre desacertadamente que o reconhecimento da propriedade indígena representaria um suposto entrave à economia sustentável do país.

D) sustenta-se numa premissa nacional-desenvolvimentista, que encontrou sua máxima expressão no período chamado de “milagre econômico”, cuja atualização em nossos dias tem como principal objetivo a produção de riqueza e sua distribuição mais equânime, justa e igualitária.

E) fundamenta-se no reconhecimento da natureza conservacionista dos povos originários, que, por causa dessa característica, representam um obstáculo ao desenvolvimento sustentável do país.

Comentários:

De acordo com o texto, a ideia de que "há muita terra para pouco índio" está relacionada ao modelo de desenvolvimento adotado, modelo esse cristalizado particularmente entre as décadas de 1950 e 1970, que é o modelo do nacional-desenvolvimentismo. A adoção desse modelo ocasiona, em termos sociais, disputas pelos territórios indígenas, territórios esses que, idealmente, poderiam ser utilizados por grandes produtores rurais, os quais se dedicam à exportação de produtos primários. Os índios, nesse pensamento, são um empecilho ao desenvolvimento da atividade rural, a qual demanda grandes extensões de terra.

Assim, vejamos as alternativas.

A **alternativa A** é incorreta. Em momento algum o texto se refere à política indigenista.

A **alternativa B** é incorreta. O texto fornece uma visão crítica da ideia de que "há muita terra para pouco índio", justamente ao enfatizar que essa é uma ideia vinculada a uma certa noção de desenvolvimento.

A **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão. A alternativa ressalta que a ideia de que "há muita terra para pouco índio" está vinculada a uma certa concepção de desenvolvimento, que está associada à produção rural em grandes latifúndios agrícolas, para os quais a percepção de que as terras indígenas não devem ser objeto de exploração econômica significa um empecilho ao progresso econômico.

A **alternativa D** é incorreta. O erro está na parte final, ao afirmar que o principal objetivo da concepção nacional-desenvolvimentista é a produção de riqueza e a sua distribuição equânime, justa e igualitária. Em nenhum momento o texto afirma que esse é o objetivo da concepção nacional-desenvolvimentista, tampouco pode ser adotado esse objetivo como premissa dessa concepção, a qual, ao contrário, constantemente promove a concentração de riquezas sob a propriedade das classes ricas.

A **alternativa E** é incorreta. Ao contrário, a ideia de que "há muita terra para pouco índio" está atrelada a uma noção nacional-desenvolvimentista, não a um princípio conservacionista.

Gabarito: letra C

7. Considere os textos sobre política pública.

Texto I

Políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. [...] Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o "governo em ação" e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In. HOCHMAN, G. et al. (org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. p. 69. Adaptado.

Texto II

Nos ciclos de uma política pública, identifica-se o processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema público. Nesse estágio do processo político-administrativo, faz-se a identificação, o refinamento e a formalização de opções políticas que poderão ajudar a resolver as questões e os problemas reconhecidos como relevantes. Também se considera a viabilidade dessas opções políticas.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL. A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 123. Adaptado.

A partir da análise comparada dos Textos I e II, conclui-se que

A) o Texto I introduz o Texto II, indicando as diretrizes do estágio denominado implementação de políticas.

B) o Texto I generaliza o Texto II, definindo o ciclo político denominado montagem da agenda.

C) o Texto II especifica o Texto I, descrevendo o estágio denominado formulação de políticas.

D) o Texto II contradiz o Texto I, minimizando a relevância da ação governamental na tomada de decisão política.

E) o Texto II complementa o Texto I, especificando o estágio denominado avaliação de políticas.

Comentários:

As políticas públicas consistem em um conjunto de decisões, ações e atividades que o governo desempenha para alcançar resultados que melhorem a vida dos cidadãos. Ou seja, trata-se de um conjunto de ações, planos, metas e objetivos que o governo traça, com o objetivo de alcançar o bem-estar social (bem comum).

De acordo com Howlett e Ramesh (1993), o ciclo de políticas públicas é composto pelas seguintes fases: 1) Construção da agenda: é a primeira fase do ciclo de políticas públicas. Nessa fase, o que se busca é identificar os problemas públicos que podem ser solucionados por meio das políticas públicas.

2) Formulação da política: a etapa de formulação de políticas públicas envolve o estabelecimento de objetivos, bem como desenvolvimento, seleção e especificação das alternativas (opções) consideradas mais convenientes para solucionar determinado problema.

3) Tomada de decisão: a tomada de decisões é a fase em que os agentes políticos escolhem (dentre as alternativas disponíveis) aquela alternativa que eles entendem ser a melhor solução para o problema.

4) Implementação: a implementação é a etapa em que a política pública é "retirada do papel". Ou seja, é nessa fase que os planos e as decisões são colocados em prática. Em outras palavras, é nessa fase que as ações começam a ser executadas para que a política pública passe a "funcionar na prática", conforme foi planejado e decidido.

5) Avaliação: na etapa de avaliação são analisados o "andamento" e os resultados das políticas públicas. Busca-se verificar o "nível de redução do problema público" (isto é, busca-se verificar se o status quo foi alterado de forma a reduzir ou eliminar o "problema público"). São avaliados os "benefícios" gerados pela política pública.

Dito isso, nota-se que o Texto 1 trouxe o conceito "geral" de políticas públicas, e o Texto 2 trouxe o conceito da fase de formulação da política.

Portanto, o Texto II especifica o Texto I, descrevendo o estágio denominado "formulação de políticas".

Gabarito: Letra C

8. Considere o texto sobre a matriz energética brasileira.

Em 2021, representantes do Governo Federal participaram da 26a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), em Glasgow, na Escócia. [...] Segundo o Ministério de Minas e Energia, o Brasil é exemplo mundial em transição energética, com mais de 85% da matriz elétrica oriunda de fontes limpas e renováveis e 48% de renovabilidade em sua matriz energética total. Nessa direção, o Brasil registrou, até fevereiro de 2023, 890 parques eólicos instalados em 12 estados brasileiros. Eles somam 25,04 gigawatts de capacidade instalada em operação comercial, que beneficiam 108,7 milhões de habitantes.

Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/o-brasil-e-exemplo-mundial-em-transicao-energetica e https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/capacidade-de-geracao-de-energia-eolica-deve-bater-recorde-neste-ano. Acesso em: 26 fev. 2024. Adaptado.

No Brasil, do total de parques eólicos instalados, a maioria se encontra na Região

A) Norte, considerando as exigências dos Estudos de Impacto Ambiental.

B) Sul, fortalecendo o Índice de Desenvolvimento Econômico das cidades.

C) Sudeste, aumentando o Produto Interno Bruto das cidades com parques.

D) Centro-Oeste, estabilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

E) Nordeste, elevando o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios.

Comentários:

A região Nordeste do Brasil concentra a maior parte dos parques eólicos do país, devido às condições favoráveis de vento na região, especialmente nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará. A instalação desses parques tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social dos municípios, elevando indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao melhorar as condições de vida da população local nas dimensões de saúde, educação e renda.

Gabarito: Letra E

9. Considere o texto sobre discriminação social no Brasil. Os idosos correspondem a quase 15% da população brasileira. Apesar das estatísticas de aumento da longevidade nos últimos tempos, eles ainda sofrem preconceito. Em meio às limitações no mercado de trabalho e estereótipos que ditam os locais, roupas e estilo de vida que devem ser adotados, essa parcela da população tem se mostrado cada vez mais ativa, revelando como a longevidade pode ser positiva. O tema ganhou repercussão no Brasil no início de 2023 após a divulgação de um vídeo em que estudantes de uma universidade particular debocham de uma colega de 40 anos. No vídeo, uma das estudantes ironiza: "Gente, quiz do dia: como 'desmatricula' um colega de sala?". Logo na sequência, outra jovem responde: "Mano, ela tem 40 anos já. Era para estar aposentada". "Realmente", concorda a terceira fazendo uma cara de deboche.

Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/[...]. Acesso em: 26 fev. 2024.

O tipo de discriminação social mencionado e a sua qualificação legal correspondem especificamente ao

A) idadismo, previsto como delito na Constituição Federal.

B) etarismo, considerado como crime no Estatuto da Pessoa Idosa.

C) ageísmo, tratado como direito pela Constituição Federal.

D) racismo, concebido como contravenção no Código Penal.

E) capacitismo, considerado como delito no Estatuto da Pessoa Idosa.

Comentários:

Etarismo é a concepção discriminatória contra pessoas de maior idade, segundo a qual pessoas mais idosas são incapazes de exercer tarefas sociais relevantes.

O Estatuto da Pessoa Idosa prevê como crime a conduta de menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo, de acordo com o art. 96, § 1º:

> Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:
> Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.
> § 1o Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

Assim, a **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão.

Gabarito: Letra B

10. Considere os artigos do Decreto Lei nº 200/1967 sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Federal.

Art. 1º. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 2º. O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal.

Art. 3º. Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição e observadas as disposições legais, o Poder Executivo regulará a estruturação e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal. [...]

Art. 6º. As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; controle.

Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 26 fev. 2024.

Nas atividades da Administração Federal, a elaboração e a atualização de instrumentos, tais como o plano geral de governo, os programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual, o orçamento-programa anual e a programação financeira de desembolso, obedecem diretamente ao seguinte princípio fundamental:

A) controle

B) planejamento

C) coordenação

D) descentralização

E) delegação de competência

Comentários:

O enunciado da questão já cita os princípios previstos no DL nº 200/1967, que são os princípios de planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; controle.

Ademais, o art. 7º estabelece que:

> *Art. 7º A ação governamental obedecerá a **planejamento** que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados, na forma do Título III, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos:*
> *a) plano geral de govêrno;*
> *b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual;*
> *c) orçamento-programa anual;*
> *d) programação financeira de desembôlso.*

Logo, a elaboração de plano geral de governo, programas, orçamento-programa anual e programação financeira de desembolso se relacionam com o princípio do **planejamento**.

Gabarito: Letra B

11. Considere o texto sobre a descentralização do Sistema Único de Saúde no Brasil. Estabelecida a partir da Constituição Federal de 1988 [...], a descentralização da gestão e das políticas da saúde no país – feita de forma integrada entre a União, estados e municípios – é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com este princípio, o poder e a responsabilidade sobre o setor são distribuídos entre os três níveis de governo, objetivando uma prestação de serviços com mais eficiência e qualidade e também a fiscalização e o controle por parte da sociedade.

DESCENTRALIZAÇÃO. PenseSUS - A reflexão fortalece essa conquista. Disponível em: https://pensesus.fiocruz.br/descentralizacao. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

Com base nesse princípio organizativo, estabelece-se que cada

A) município do país tem a sua autoridade sanitária indicada pela União, considerando as especificidades locais para essa designação.

B) município define uma macrorregião de saúde, respeitando a complexidade da provisão de serviços dentro de seu território.

C) município define as áreas em que as secretarias estaduais investem recursos, considerando as demandas locais.

D) estado é responsável pela definição da autoridade sanitária dos municípios, discriminando as regiões de saúde.

E) esfera de governo é autônoma em suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade.

Comentários:

A. Incorreta. A Lei Federal nº 8.080/1990 define a autoridade sanitária dos entes federativos. Ressalto que os municípios são soberanos em relação a sua autoridade sanitária.

B. Incorreta. O processo de definição de macrorregião de saúde é de responsabilidade dos Estados, em articulação com os Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT.

C. Incorreta. As secretarias estaduais possuem autonomia administrativa em relação ao investimento de seus recursos financeiros, respeitando a legislação pertinente.

D. Incorreta. A Lei Federal nº 8.080/1990 define a autoridade sanitária dos entes federativos. Ressalto que os municípios são soberanos em relação a sua autoridade sanitária. As Regiões de Saúde serão instituídas pelo Estado, em articulação com os Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT.

E. Correta. O processo de descentralização descrito no site referido diz que:

"A partir do conceito constitucional do comando único, cada esfera de governo é autônoma e soberana em suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade. Neste sentido, a autoridade sanitária do SUS é exercida: na União, pelo ministro da saúde; nos estados, pelos secretários estaduais de saúde; e, nos municípios, pelos secretários municipais de saúde."

Gabarito: Letra E

12. Considere o texto sobre o poder legislativo no Brasil.

O Poder Legislativo, segundo o art. 44 da Constituição Federal de 1988, é exercido pelo Congresso Nacional. [...] Quanto às competências do Congresso Nacional, podemos reuni-las em três conjuntos: 1º) o das atribuições relacionadas às funções do Poder Legislativo federal; 2º) o das atribuições das Casas do Congresso, quando atuam separadamente; e 3º) o das atribuições relacionadas ao funcionamento de comissões mistas e de sessões conjuntas, nas quais atuam juntos os parlamentares, embora votem separadamente. Uma das Casas do Congresso é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada estado, em cada território e no Distrito Federal. [...] Nela, o número de parlamentares é proporcional à população do estado ou do Distrito Federal, com o limite mínimo de oito e máximo de setenta representantes para cada um deles.

BRASIL. Congresso Nacional. Atribuições. Brasília, DF: Congresso Nacional. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes. Acesso em: 10 fev. 2024. Adaptado.

A Casa do Congresso especificamente descrita acima é o(a)

A) Senado Federal

B) Ministério da Justiça

C) Supremo Tribunal Federal

D) Câmara dos Deputados

E) Controladoria Geral da União

Comentários:

A. Incorreta. Os senadores são eleitos pelo sistema eleitoral majoritário simples, em que será eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos válidos. São eleitos três senadores para cada estado e o Distrito Federal, nos termos art. 46, caput, e §1º, da CRFB/88.

B. Incorreta. O Ministério da Justiça pertence ao Poder Executivo da União.

C. Incorreta. O STF é a última instância do Poder Judiciário brasileiro.

D. Correta. O sistema eleitoral proporcional confere maior importância ao número de votos válidos do partido político. Esse sistema é usado nas eleições de deputado federal, deputado estadual e distrital e vereador. A Câmara dos Deputados é formada por 513 deputados. O número de eleitos em cada estado varia proporcionalmente à população, sendo no mínimo 8 e no máximo 70 deputados, conforme determinado pelo art. 45, *caput*, §1º da CRFB/88 e pela Lei Complementar nº 78.

E. Incorreta. A Controladoria-Geral da União (CGU) é responsável pela defesa do patrimônio público, transparência e combate à corrupção.

Gabarito: Letra D

13. O objetivo das ferramentas e aplicações de inteligência artificial deve sempre estar dirigido à melhoria da qualidade de vida das pessoas, postulando a inclusão daquelas parcelas da população historicamente discriminadas e pouco representadas.
Nesse contexto, a Inteligência Artificial caracteriza-se por

A) representar um sistema de aprendizado repetitivo.

B) poder ser usada apenas como fonte secundária para decisões judiciais.

C) poder contribuir como assistente de busca de jurisprudência.

D) ser incompatível com o sistema de proteção dos direitos fundamentais.

E) não agregar confiança ao sistema de justiça.

Comentários:

A **alternativa A** é incorreta. De acordo com a ideia expressa pela questão, a Inteligência Artificial (IA) deve ser utilizada para a promoção de melhorias, não como algo que fundamente a repetição (aprendizado repetitivo).

A **alternativa B** é incorreta. Não é possível afirmar que restringir a inteligência artificial a um papel secundário na elaboração de decisões judiciais condiz com a ideia apresentada pelo texto. Pelo contrário, o texto enfatiza as melhorias que a IA pode promover.

A **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão. De fato, uma melhoria evidente da IA é a de facilitar a busca de jurisprudência, o que condiz com a ideia do texto.

A **alternativa D** é incorreta. A IA, na medida em que promova melhorias, é compatível com a proteção dos direitos fundamentais.

A **alternativa E** é incorreta. A IA é uma ferramenta útil inclusive para a melhora do sistema de justiça, que eleva a confiança.

Gabarito: Letra C

14. No que diz respeito à lei de acesso à informação, Lei nº 12.527/2011, verifica-se que ela

A) permite acesso às informações recolhidas especificamente a arquivos públicos.

B) divulga informações de interesse público, mediante requerimento.

C) tem por escopo único o controle da administração no uso de recursos públicos.

D) proíbe informações custodiadas por entidade privada.

E) assegura a proteção da informação, garantindo sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

Comentários:

A **letra E** reproduz um dos objetivos da Lei de Acesso à Informação:

> *Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:*
> *(..)*
> *II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e*

Quanto às demais alternativas, a **letra A** está aparentemente incorreta. Comparando essa alternativa com a regra prevista no art. 7º, II, parte final, percebemos a inserção da palavra "especificamente", o que não se amolda ao texto legal:

> *Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: (..)*
> *II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades,* ***recolhidos ou não a arquivos públicos****;*

A **letra B** está incorreta, tendo em vista que as informações de interesse público devem ser divulgadas independentemente de solicitações:

A **letra C** está igualmente incorreta, porquanto as informações de interesse público devem ser prestadas independentemente de solicitações:

> *Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: (..)*
> *II - divulgação de informações de interesse público,* ***independentemente de solicitações****;*

Por fim, a **letra D** está equivocada, visto que o acesso à informação abrange a informação custodiada por entidade privada que possua vínculo com o poder público:

> *Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: (..)*
> *III -* ***informação produzida ou custodiada por*** *pessoa física ou* ***entidade privada*** *decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;*

Gabarito: Letra E

15. Um grupo de cidadãos pretende desenvolver atividades vinculadas aos direitos da pessoa humana, buscando aplicação prática dos conhecimentos teóricos que lhe foram ensinados em vários locais e com diversos níveis de abordagem. Nos termos do Decreto nº 7.037/2009, existem vários eixos e diretrizes que devem pautar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).
O fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática é uma diretriz vinculada ao seguinte eixo orientador:

A) Desenvolvimento e Transparência

B) Educação e Cultura nas Comunidades

C) Interação democrática entre Estado e sociedade civil

D) Segurança Pública e Acesso à Justiça

E) Universalizar direitos em contexto de desigualdade

Comentários:

Integra o Eixo Orientador I: interação democrática entre Estado e sociedade civil, a Diretriz 2, de fortalecimento dos direitos humanos como instrumento transversal das políticas públicas e da interação democrática.

Assim, a **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão.

Gabarito: Letra C

16. O prefeito de determinado município brasileiro realizou treinamento ofertado para lideranças locais com o intuito de melhorar os índices de satisfação dos cidadãos com os serviços prestados pelos órgãos públicos. Esse gestor pretende aplicar o padrão estabelecido pela Administração Federal, que passou a regular as atividades digitais implantadas em diversos setores públicos.
Nos termos da Lei nº 14.129/2021, constituem princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública, dentre outros, o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos, bem como o uso de linguagem

A) compreensível a pessoas qualificadas

B) técnica adequada a qualquer cidadão

C) algorítmica sensível a qualquer cidadão

D) clara e compreensível a qualquer cidadão

E) popular, incluindo dialetos próprios a qualquer cidadão

Comentários:

Questão que cobrou um dos princípios/diretrizes da Lei do Governo Digital:

> *Art. 3º São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública: (..)*
> *VII - o uso de **linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão**;*

Assim, percebe-se que a **letra D** está correta e as demais, claramente incorretas.

Gabarito: Letra D

17. A Administração Pública realizou um concurso para o provimento de cargos vagos. Cinco anos após a homologação, sem que houvesse nomeado e empossado os candidatos aprovados, resolveu realizar novo concurso.
Indignados, os candidatos prejudicados apresentam recurso administrativo, cujo resultado deve se basear no seguinte:

A) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

B) o prazo de validade do concurso público é indeterminado.

C) o prazo de validade do concurso público depende da autorização do Tribunal de Contas.

D) o prazo de validade do concurso deve ser submetido à consulta ao Poder Judiciário.

E) o prazo de validade do concurso depende de lei que o estabeleça.

Comentários:

Segundo a Constituição Federal:

> *Art. 37 [...] III - o prazo de validade do concurso público será de **até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período**;*

Dessa forma, a letra A é o gabarito. Não há o que comentar nos demais itens, pois o prazo é definido na Constituição e independe de aprovação do Tribunal de Contas ou Judiciário.

Gabarito: Letra A

18. Existem três funções básicas do governo que buscam mitigar as ineficiências dos mercados numa economia.
O exercício dessas funções NÃO terá o seguinte resultado:

A) aumento das assimetrias de informações

B) estabilização de preços

C) fornecimento de bens públicos

D) redução das desigualdades de distribuição de renda

E) regulação da oferta de monopólios naturais

Comentários:

As funções básicas do governo em uma economia incluem a estabilização de preços, o fornecimento de bens públicos, a redução das desigualdades de distribuição de renda e a regulação da oferta de monopólios naturais. Essas funções visam corrigir as falhas de mercado e mitigar as ineficiências que podem surgir em uma economia de mercado.

- Estabilização de preços (B): o governo atua para controlar a inflação e manter a estabilidade econômica por meio da função estabilizadora.
- Fornecimento de bens públicos (C): o governo fornece bens públicos, como defesa nacional e infraestrutura, que o setor privado pode não ter incentivo para fornecer, dada a característica de não exclusividade desse bem.
- Redução das desigualdades de distribuição de renda (D): políticas de distribuição de renda são implementadas para reduzir as desigualdades por meio da função distributiva.
- Regulação da oferta de monopólios naturais (E): o governo regula monopólios naturais para evitar abusos de poder de mercado.

Por outro lado, aumentar as assimetrias de informações (A) é um resultado que o governo tenta evitar, pois as assimetrias de informações entre os agentes econômicos podem levar a decisões ineficientes e a falhas de mercado. Portanto, essa alternativa não se alinha com as funções básicas do governo, que buscam reduzir ineficiências e falhas de mercado.

Gabarito: Letra A

19. Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos.
Essa ferramenta

A) fixa as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto estima as despesas a serem efetuadas.

B) fixa tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.

C) estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto as despesas a serem efetuadas.

D) estima as receitas que o Governo espera arrecadar, enquanto fixa as despesas a serem efetuadas.

E) estima às vezes e fixa às vezes as receitas, sem impor limites às despesas a serem efetuadas.

Comentários:

O orçamento público é um instrumento essencial de planejamento e controle da gestão financeira do governo, estabelecendo as **previsões de receitas e fixando as despesas** para um determinado exercício financeiro. Veja o que a CF elenca:

> *Art. 165*
> *§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho **à previsão da receita e à fixação da despesa**, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.*

A receita é estimada porque depende de fatores econômicos que podem variar, enquanto a despesa é fixada para estabelecer um limite máximo de gasto.

Gabarito: Letra D

20. Um dos aspectos fundamentais para o êxito de uma política pública é a adequada alocação de recursos para seu financiamento, o que normalmente se refere à programação de créditos orçamentários e às condições para execução das despesas correspondentes.
As limitações à execução orçamentária ao longo do exercício

A) podem afetar a previsibilidade, mas nunca a tempestividade da disponibilidade de recursos.

B) podem afetar a tempestividade, mas nunca a previsibilidade da disponibilidade de recursos.

C) podem afetar a tempestividade e a previsibilidade da disponibilidade de recursos.

D) não afetam nem a tempestividade nem a previsibilidade de recursos.

E) não afetam a gestão de políticas públicas financiadas pelo orçamento.

Comentários:

Primeiro, temos que nos atentar aos conceitos de **tempestividade** e **previsibilidade** orçamentária. A **tempestividade** refere-se ao **momento** em que os recursos financeiros estão prontos/disponíveis para o uso. O orçamento pode ser limitado se houver contingenciamentos, atrasos na liberação de recursos ou mesmo cortes de verbas ao longo do exercício. Isso pode afetar a capacidade de uma política pública ser implementada dentro dos prazos previstos. A **previsibilidade** (ou projeção orçamentária), em linhas gerais, é a possibilidade de se prever **quando** os recursos **estarão disponíveis** (bem como se prever os gastos orçamentários). Não podemos nos esquecer de que a previsibilidade pode ser alterada por fatores externos, como mudanças nas prioridades do governo, mudanças no cenário econômico ou restrições imprevistas, criando incertezas sobre a disponibilidade futura dos recursos, tornando difícil prever com exatidão os fluxos financeiros.

Agora, vamos às alternativas:

Alternativa A: incorreta. É incorreta porque afirma que as limitações orçamentárias podem afetar apenas a previsibilidade, mas não a tempestividade. Na verdade, as restrições financeiras podem afetar ambos os aspectos. A tempestividade é prejudicada diretamente se os recursos não forem liberados no momento certo devido a cortes ou contingenciamentos.

Alternativa B: incorreta. Embora seja verdade que as restrições orçamentárias podem afetar a tempestividade, é incorreto afirmar que elas nunca afetam a previsibilidade. O problema de previsibilidade que pode ser causado pelas limitações orçamentárias é a incerteza sobre quando e quantos recursos estarão disponíveis.

Alternativa C: correta. De fato, as restrições/limitações orçamentárias ao longo do exercício podem afetar a tempestividade (o momento em que os recursos são disponibilizados) e a previsibilidade (a capacidade de antecipar quando esses recursos serão disponibilizados).

Alternativa D: incorreta. A alternativa D está incorreta, porque ela não aborda os impactos que uma restrição orçamentária pode trazer. Na verdade, o que se espera é justamente o oposto da alternativa, pois as limitações/restrições orçamentárias podem afetar significativamente tanto a previsibilidade quanto a tempestividade.

Alternativa E: incorreta. Está incorreta, porque as restrições orçamentárias podem, sim, impactar as políticas públicas. Afinal, se os recursos não são disponibilizados de forma previsível e tempestiva, a execução das políticas públicas pode ser comprometida.

Gabarito: Letra C

QUESTÃO DISSERTATIVA

Considere os fragmentos a seguir.

Este ano, todos os recordes de temperatura do planeta foram rompidos: 2023 é o mais quente da história. O Brasil foi assolado, até este momento, por oito ondas de calor. Surge desse cenário dantesco a seguinte pergunta: essas temperaturas intensas têm a ver com atividades humanas? Depois de se debruçarem sobre a questão, pesquisadores concluíram: sim, há nisso um peso significativo das mudanças climáticas causadas pelo ser humano.

ARMONA, M. B. Brasil 50 graus. Ondas de calor no contexto das mudanças climáticas. Ciência Hoje, n. 405, dez. 2023. Disponível em: https://cienciahoje.org.br/artigo/brasil-50-graus-ondas-de-calor-no-contexto-das-mudancas-climaticas/. Acesso em: 27 fev. 2024. Adaptado.

Clima atrapalha e derruba produtividade da soja

Desempenho inferior tem a ver com o mesmo clima que, ironicamente, ajudou tanto na safra anterior. Resultado é melhor em áreas com irrigação, mas ainda assim está abaixo do esperado.

CLIMA atrapalha e derruba produtividade da soja. G1, 25 fev. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/nosso-campo/noticia/2024/02/25/clima-atrapalha-e-derruba-produtividade-da-soja.ghtml. Acesso em: 27 fev. 2024. Adaptado.

O enfrentamento às mudanças climáticas exige um engajamento abrangente e sistêmico, de modo que as medidas propostas impliquem mudanças estruturais e não apenas soluções individuais.

Nesse contexto, considerando os fragmentos acima e usando como fundamentação os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e a Política Nacional sobre Mudança Climática – PNMC (Lei nº 12.187/2009), elabore um texto dissertativo contínuo de 35 a 40 linhas, relacionando criticamente os seguintes aspectos:

- a relação entre mudança climática e produção agrícola, e o quanto elas se afetam mutuamente;
- um dilema a ser enfrentado pelas Políticas Públicas de um país em desenvolvimento, no contexto da chamada “Tragédia dos Bens Comuns”, ou simplesmente “Tragédias dos Comuns”, e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil;
- uma ação indicada para que o setor agrícola possa reduzir sua contribuição às mudanças climáticas e a explicação de como se dará essa redução.

Comentários:

As mudanças climáticas afetam diretamente a agricultura brasileira, comprometendo a produtividade e agravando as emissões de gases de efeito estufa. Diante desse desafio, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) busca equilibrar o desenvolvimento econômico com a necessidade urgente de mitigação ambiental.

Inicialmente, ressalte-se que as mudanças climáticas e a produção agrícola estão intimamente interligadas, afetando-se mutuamente de forma significativa. A elevação das temperaturas, a alteração no regime de chuvas e a maior incidência de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e enchentes, têm prejudicado a produtividade agrícola, impactando culturas essenciais como a soja e o milho. Em contrapartida, a agricultura é uma das principais atividades responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil, especialmente por meio do desmatamento para expansão agrícola e da pecuária, que libera grandes quantidades de metano. Esse ciclo vicioso entre produção agrícola e mudança climática intensifica os desafios enfrentados pelo setor.

No contexto de um país em desenvolvimento, como o Brasil, as políticas públicas enfrentam o dilema de conciliar o crescimento econômico, essencial para a redução da pobreza, com a preservação ambiental. Esse desafio se agrava diante da "Tragédia dos Bens Comuns", conceito que descreve o uso excessivo e insustentável de recursos naturais compartilhados, levando ao esgotamento desses recursos. O Brasil, ao assumir compromissos internacionais como os previstos no Acordo de Paris, compromete-se a reduzir suas emissões de GEE, mas enfrenta a dificuldade de implementar essas metas sem comprometer o desenvolvimento agrícola, vital para sua economia.

Para mitigar sua contribuição às mudanças climáticas, o setor agrícola brasileiro pode adotar práticas mais sustentáveis. Uma ação eficaz seria a expansão do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), que promove a recuperação de áreas degradadas e aumenta a produtividade de forma sustentável. Essa prática permite a redução de carbono e reduz as emissões de GEE. Além disso, o ILPF melhora a resiliência das culturas às variações climáticas e contribui para a segurança alimentar e para o cumprimento das metas estabelecidas na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). A implementação dessa ação requer investimentos em pesquisa e extensão rural, além de políticas de incentivo fiscal e crédito agrícola para os produtores que adotarem tais práticas.

Dessa forma, a adoção de técnicas agrícolas sustentáveis, aliada a políticas públicas robustas e comprometidas com os acordos internacionais, é crucial para que o Brasil consiga enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas sem comprometer seu desenvolvimento econômico. O sucesso dessa abordagem depende de uma articulação eficaz entre os diferentes setores da sociedade, garantindo um futuro sustentável para as próximas gerações.

BLOCO 3 - AMBIENTAL, AGRÁRIO E BIOLÓGICAS - TARDE

EIXO TEMÁTICO 1 - GESTÃO GOVERNAMENTAL E GOVERNANÇA PÚBLICA

1. Um gerente enfatizou três critérios, ou requisitos, de qualidade fundamentais aos indicadores de desempenho de sua organização. Para ele, o indicador deve ser:

(I) de fácil entendimento, para que qualquer pessoa seja capaz de tirar conclusões a partir da análise do indicador, garantindo transparência e validade;

(II) economicamente viável, de modo que os benefícios decorrentes do indicador sejam maiores que os custos incorridos na medição;

(III) de fácil identificação no que se refere à origem dos seus dados, ao seu registro e à sua manutenção, e, sempre que possível, deve-se transformar os resultados em gráficos para promover um acompanhamento mais preciso.

Esses três requisitos de qualidade indicam que esse gerente considera fundamental que os indicadores de desempenho de sua organização respeitem, respectivamente, a

A) acessibilidade, a praticidade e a representatividade

B) disponibilidade, a rastreabilidade e a acessibilidade

C) estabilidade, a representatividade e a simplicidade

D) representatividade, a economicidade e a disponibilidade

E) simplicidade, a economicidade e a rastreabilidade

Comentários:

Vejamos cada uma das assertivas:

(I) de fácil entendimento, para que qualquer pessoa seja capaz de tirar conclusões a partir da análise do indicador, garantindo transparência e validade; = Trata-se do critério da **simplicidade**. Ou seja, os indicadores devem ser simples e compreensíveis, capazes de levar a mensagem e o significado. Os nomes e expressões devem ser facilmente compreendidos e conhecidos por todos os públicos interessados;

(II) economicamente viável, de modo que os benefícios decorrentes do indicador sejam maiores que os custos incorridos na medição; = Trata-se do atributo da **economicidade**. Ou seja, não deve ser gasto tempo demais procurando dados, muito menos pesquisando ou aguardando novos métodos de coleta. Os benefícios trazidos com os indicadores devem ser maiores que os custos incorridos na medição. Caso contrário, em pouco tempo a organização estará medindo sua própria falência.

(III) de fácil identificação no que se refere à origem dos seus dados, ao seu registro e à sua manutenção, e, sempre que possível, deve-se transformar os resultados em gráficos para promover um acompanhamento mais preciso. = Trata-se do atributo da **rastreabilidade**. Ou seja, facilidade para identificação da origem dos dados, seu registro e manutenção. Sempre que possível, deve-se transformar os resultados em gráficos para um acompanhamento mais preciso, o que permite a comparação com desempenhos anteriores.

Gabarito: letra E

2. Apesar de inúmeros benefícios que um planejamento estratégico dinâmico, participativo e inteligente pode trazer para as organizações, alguns cuidados devem ser observados para evitar desgastes e diminuir os riscos de insucesso desse tipo de planejamento.
Dentre esses cuidados, é imprescindível que a(o)

A) declaração de missão seja clara e relativamente curta, de forma que sejam esclarecidos os valores éticos, a perspectiva de mundo e a linha filosófica da relação da organização com o ambiente, o que basicamente determina o que é certo e errado.

B) estratégia descreva as características fundamentais do ajuste que uma organização alcança entre suas competências e recursos e as oportunidades e ameaças do ambiente externo, o qual permite que os objetivos da organização sejam atingidos.

C) formação da estratégia seja um processo deliberado de pensamento consciente e que as estratégias sejam mantidas simples, únicas e explícitas.

D) formulação de estratégias favoreça esquemas interpretativos individuais e molduras, isto é, padrões de filtragem e interpretação coletivos, particulares de cada organização segundo as diferentes instâncias de poder.

E) processo de planejamento estratégico seja desenvolvido de uma forma totalmente estruturada e sistematizada e que possam ser definidos controles suficientes, para que sua aplicação conduza aos resultados esperados.

Comentários:

De acordo com Schendel & Hofer (1979) apud Chrisman et al. (1988), "a estratégia descreve as características fundamentais do ajuste que uma organização alcança entre suas competências e recursos e as oportunidades e ameaças do ambiente externo, o qual permite que seus objetivos sejam atingidos."

Gabarito: letra B

3. As organizações não possuem sistemas de controles idênticos e podem optar por diferentes estratégias de controle organizacional. Nesse contexto, uma instituição que está tentando se tornar uma organização de aprendizagem, com departamentos pequenos e incertos, escolheu o controle de clã como estratégia de controle organizacional.
Para a implementação do controle de clã, essa organização valorizou as seguintes caraterísticas:

A) centralização, mecanismos formais, relações pessoais, liderança e formalização.

B) descentralização, confiança, informações gerenciais e centros de responsabilidade.

C) preços, concorrência, relacionamento de trocas, participação no mercado e lucros.

D) regras, padrões, autoridade legítima, hierarquia e fiscalização.

E) tradições e crenças, valores compartilhados, compromisso e cultura corporativa.

Comentários:

O **controle de clã** está diretamente relacionado ao **compartilhamento** de **crenças** e **valores** que as pessoas da organização compartilham entre si. Esses relacionamentos informais acabam por orientar o comportamento dos indivíduos em busca dos objetivos organizacionais.

Gabarito: letra E

4. Os modelos de gestão de desempenho destinados a implementar uma estratégia devem ser capazes de traduzi- -la para todos os níveis da instituição em que será implementada, tornando tal instituição capaz de atuar efetiva e conscientemente em prol da realização dos objetivos definidos.
Considerando esse contexto, uma organização pública construiu seu mapa estratégico, que tinha como função

A) traduzir a estrutura, a vantagem competitiva e o projeto organizacional em um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais.

B) apontar, por meio de objetivos estratégicos, relações de causa e efeito e indicadores de desempenho, a forma pela qual ativos intangíveis da organização produzem resultados tangíveis.

C) estruturar as perspectivas funcionais, que representam as visões específicas da eficácia organizacional, e os objetivos conflitantes, que devem ser enfrentados pela organização no cumprimento de sua missão institucional.

D) subsidiar a alocação de recursos financeiros e a adequação do planejamento às várias limitações e contingências que possam afetar a eficácia organizacional, que avalia a extensão com que múltiplas metas são atingidas.

E) comunicar de modo claro e transparente, a todos os níveis gerenciais e aos servidores, as metas oficiais e operativas, por meio da declaração da missão e da definição dos fins buscados por meio de procedimentos operacionais.

Comentários:

O mapa estratégico é uma "representação gráfica" que traz a missão, a visão e a estratégia organizacional, descrevendo **objetivos estratégicos** que estão **inter-relacionados** e **distribuídos** nas quatro perspectivas (Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento). O mapa estratégico facilita a visualização da estratégia, ou seja, facilita a "comunicação" da estratégia, para que as pessoas consigam compreender a estratégia da organização e saibam o caminho que devem seguir.

Em outras palavras, mapa estratégico permite a visualização das **relações de causa e efeito** entre as **perspectivas estratégicas** (Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento) e os **objetivos estratégicos da organização.**

De acordo com o TCU (2021), o mapa estratégico **"aponta por meio de objetivos estratégicos, relações de causa e efeito e indicadores de desempenho, a forma pela qual ativos intangíveis da organização produzem resultados tangíveis.** A tradução da estratégia por meio do mapa cria referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização."

Gabarito: letra B

5. Em uma empresa, o chefe de um determinado setor listou todos os seus funcionários por ordem decrescente de desempenho, considerando que as diferenças entre os funcionários são uniformes e deixando claro que apenas um funcionário poderia ser "o melhor".
Nesse processo de avaliação de desempenho, foi utilizada a

A) lista de verificação

B) escala de classificação adjetiva

C) escala de classificação ancorada no comportamento

D) classificação individual

E) classificação pela ordem do grupo

Comentários:

De acordo com Robbins, Decenzo e Wolter (2013), "a classificação individual exige que você liste todos os seus funcionários, em ordem, dos que têm desempenho mais alto aos que têm desempenho mais baixo. Neste método, apenas um pode ser 'o melhor'. Este método também considera que as diferenças entre as pessoas são uniformes."

Gabarito: letra D

6. O método dos cenários prospectivos, um pilar da gestão estratégica, além de facilitar o desenvolvimento do pensamento estratégico e a definição das estratégias da empresa, traz benefícios, tais como

A) auxiliar na definição de estratégias, permitir que a organização enfrente um ambiente incerto e melhorar o processo decisório, o que, por sua vez, ajuda a promover a comunicação dentro da empresa e o aprendizado organizacional.

B) contribuir com conhecimentos atualizados para os processos de tomada de decisão e ajudar a desenvolver a criatividade na empresa, o que, por sua vez, favorece a identificação de novas oportunidades de negócios e a exploração de futuros determinísticos.

C) refazer constantemente o planejamento e os planos decorrentes, respondendo com eficácia às mudanças no ambiente, o que, por sua vez, possibilita que os administradores lidem melhor com as certezas ambientais.

D) registrar rupturas de tendência promovidas pelos eventos identificados durante o processo e facilitar a criação das redes de troca de informações, o que, por sua vez, inibe o fluxo de informações dentro da empresa e a integração entre as diversas áreas.

E) unificar e democratizar as questões estratégicas da organização com uma abordagem analítica e isolada e questionar ideias preconcebidas, o que, por sua vez, ajuda na análise de dados a respeito dos pontos fracos das organizações e de futuras formas de ameaça ambiental.

Comentários:

De acordo com Marcial (ENAP, 2019), os cenários prospectivos servem para **auxiliar na definição de estratégias; permitir que a organização enfrente um ambiente incerto; melhorar o processo decisório; promover a comunicação dentro da empresa; e promover o aprendizado organizacional.**

Gabarito: letra A

7. Em meio à crescente preocupação global com a mudança climática e a perda de biodiversidade, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima decidiu revisar e atualizar seus objetivos estratégicos para os próximos dez anos, estabelecendo objetivos, metas e indicadores mensuráveis eficazes de resultados.
Qual é a principal característica dos indicadores eficazes de resultados?

A) Complexidade

B) Especificidade

C) Generalidade

D) Singularidade

E) Variabilidade

Comentários:

A única alternativa que trouxe características (critérios/atributos) dos indicadores é a letra B **(especificidade)**.

As demais alternativas estão erradas, pois exemplos de outras características (critérios/atributos) dos indicadores são: **simplicidade, representatividade e estabilidade.**

Gabarito: letra B

8. Dois jovens administradores públicos foram designados para liderar um ambicioso projeto de melhoria dos serviços de coleta de resíduos na cidade P. Eles decidiram aplicar o ciclo Plan-Do-Check-Act (PDCA), com o objetivo de otimizar os processos de coleta de resíduos e melhorar a satisfação dos cidadãos.
Considerando-se PDCA, qual é a primeira ação que esses administradores devem executar para melhorar a gestão de resíduos dessa cidade?

A) Consultar outros municípios para obter insights.

B) Implementar um novo sistema de gestão de resíduos.

C) Lançar uma campanha de educação pública.

D) Redefinir as rotas de coleta de resíduos.

E) Realizar um diagnóstico dos problemas existentes.

Comentários:

O Ciclo PDCA é composto por 04 etapas:

- *Plan* (**Planejar**): Consiste em estalebecer os objetivos (de melhoria de desempenho) e os planos para alcançá-los.
- *Do* (Executar / Desenvolver): Trata-se de executar aquilo que foi planejado. Essa etapa também envolve o treinamento dos funcionários e a coleta de dados do que está sendo executado.
- *Check* (Verificar / Checar): Consiste em verificar (checar) os resultados daquilo que foi executado.
- *Act* (Agir corretivamente): Trata-se de atuar corretivamente. Ou seja, se os resultados forem negativos, deve-se realizar ações corretivas. Ou seja, busca-se encontrar as falhas do processo e corrigi-las, com o objetivo de evitar que os problemas ocorram novamente. Após essa etapa, o ciclo recomeça.

Portanto, considerando-se PDCA, a primeira ação que os administradores mencionados pelo enunciado devem executar para melhorar a gestão de resíduos dessa cidade é P (planejar), o que envolve o **diagnóstico da situação e dos problemas existentes.**

Gabarito: letra E

9. Um projeto de reflorestamento de áreas degradadas da Secretaria de Meio Ambiente da cidade T visava à conservação da biodiversidade, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais, concentrando-se na recuperação de áreas que sofreram perda significativa de vegetação nativa.
Essa Secretaria de Meio Ambiente começou esse projeto de reflorestamento de áreas degradadas com a(o)

A) desenvolvimento de hortos de espécies nativas

B) exportação de vegetação nativa

C) identificação de áreas críticas

D) monitoramento do crescimento da vegetação

E) plantio de espécies nativas

Comentários:

Para a implementação de um projeto de reflorestamento em áreas degradadas, o primeiro passo é identificar as áreas em que o projeto poderá ser implementado. Dessa forma, a identificação de áreas críticas (C) é o primeiro passo para entender onde a degradação está ocorrendo e direcionar as ações de reflorestamento. Após a identificação, as demais etapas (previstas nas outras alternativas) podem ser realizadas de forma adequada.

Gabarito: letra C

10. Considere os conceitos de mapas estratégicos e do Balanced Scorecard (BSC).
Qual das afirmações descreve a relação entre mapas estratégicos e o BSC?

A) Mapas estratégicos são usados para visualizar a estratégia que o BSC mede e monitora.

B) Mapas estratégicos e BSC são ferramentas concorrentes desenvolvidas por diferentes teóricos da gestão.

C) Mapas estratégicos servem como a fase preliminar do BSC, não sendo necessários após sua implementação.

D) Mapas estratégicos são uma alternativa ao BSC, focando em medidas financeiras.

E) O BSC é um subconjunto de um mapa estratégico, focado apenas na perspectiva de aprendizado e de crescimento.

Comentários:

O mapa estratégico é uma "representação gráfica" que traz a missão, a visão e a estratégia organizacional, descrevendo objetivos estratégicos que estão inter-relacionados e distribuídos nas quatro perspectivas (Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento). O mapa estratégico **facilita a visualização da estratégia**, ou seja, facilita a "comunicação" da estratégia, para que as pessoas consigam compreender a estratégia da organização e saibam o caminho que devem seguir.

Em outras palavras, mapa estratégico permite a visualização das **relações de causa e efeito** entre as **perspectivas estratégicas** (Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento) e os **objetivos estratégicos da organização.**

Gabarito: letra A

EIXO TEMÁTICO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS

11. A legislação ambiental tem grande importância nacional por tratar do direito de todos ao meio ambiente equilibrado, sendo esse um bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida. Atualmente um dos temas mais relevantes dessa legislação está relacionado aos crimes ambientais, ou seja, ao descumprimento da Lei dos Crimes Ambientais, Lei nº 9.605/1998.
Nessa lei, constam as diversas sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades nocivas ao meio ambiente, de forma que, nos crimes

A) contra a fauna, as penas variam de seis meses a três anos, podendo ser agravadas quando houver características que indiquem dolo, como quando feitas durante a noite.

B) contra a flora, as penas podem ser de detenção de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas.

C) de emissão de efluentes, as penas variam de detenção de seis meses a cinco anos e multa.

D) de destruição da floresta, as penas variam entre três meses e quatro anos de reclusão, mais multa.

E) praticados por empreendimentos potencialmente poluidores sem licença, as penas variam de três meses a três anos, havendo a possibilidade de a pena ser triplicada.

Comentários:

O gabarito da banca foi a letra D, a qual afirma que, nos crimes de destruição da floresta, as penas variam entre três meses e quatro anos de reclusão, mais multa.

Contudo, dois pontos devem ser destacados e que ensejam a anulação da questão:

1. Não há uma classificação de "crimes de destruição da floresta" na lei. Há apenas crimes contra a fauna; contra a flora; crimes de poluição e outros crimes ambientais; crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural; e crimes contra a administração ambiental. Isso, por si só, já poderia levar o candidato a erro;
2. Nos crimes contra a flora, relacionados a alguma forma de destruição da floresta, não há previsão de pena de três meses a quatro anos de reclusão, senão vejamos: o art. 38 (destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção) apresenta pena de detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente; o art. 39 (cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente) apresenta pena de detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente; o art. 41 (provocar incêndio em floresta ou em demais formas de vegetação) apresenta pena de reclusão, de dois a quatro anos, e multa (modalidade dolosa) e de

detenção de seis meses a um ano, e multa (modalidade culposa); o art. 42 (fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano) apresenta pena de detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente; o art. 44 (extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais) apresenta pena de detenção, de seis meses a um ano, e multa; o art. 48 (impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação) apresenta pena de detenção, de seis meses a um ano, e multa; art. 50 (destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação) apresenta pena de detenção, de três meses a um ano, e multa; o art. 50-A (desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente) apresenta pena de reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa; o art. 51 (comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade competente) apresenta pena de detenção, de três meses a um ano, e multa; o art. 52 (penetrar em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente) apresenta pena de detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Portanto, entende-se que não há gabarito correto.

Gabarito do professor: letra B

Gabarito da banca: letra D

12. O Plano Safra é um programa do Governo Federal para apoiar o setor agropecuário, oferecendo linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas para os produtores rurais, desde os agricultores familiares até os megaprodutores. O Plano Safra 2023/2024 disponibilizou linhas de financiamento para investimentos em 13 programas que proporcionarão a inovação e a modernização das atividades produtivas, contribuindo para a continuidade dos ganhos de produtividade, competitividade, emprego e renda.

Nesse contexto, o Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária (Prodecoop) é um programa que objetiva financiar

A) a integralização de quotas-partes do capital social e capital de giro para cooperativas agropecuárias.

B) os investimentos na recuperação de pastagens degradadas, a exemplo dos sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, energias alternativas e sistemas de plantio direto na palha, incentivando e fortalecendo os sistemas de produção ambientalmente sustentáveis de produtores cooperados.

C) os investimentos na inovação tecnológica nas propriedades rurais de produtores cooperados, visando ao aumento da produtividade e à adoção de boas práticas agropecuárias.

D) os investimentos necessários à construção e à ampliação de armazéns, com o objetivo de aumentar a capacidade instalada de armazenagem no país e competitividade das cooperativas agropecuárias.

E) os itens para a modernização dos sistemas produtivos e de comercialização das cooperativas brasileiras.

Comentários:

A alternativa A está errada, pois o Procap-Agro Giro - Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias é o programa que objetiva financiar a integralização de quotas-partes do capital social e capital de giro para cooperativas agropecuárias.

A alternativa B está errada, pois o Renovagro é o programa previsto no Plano Safra para investimentos em recuperação de pastagens degradadas, sistemas integrados, agricultura conservacionista, dentre outros.

A alternativa C está errada, pois o Inovagro - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária é o programa para financiar investimentos na inovação tecnológica nas propriedades rurais de produtores cooperados, visando ao aumento da produtividade e à adoção de boas práticas agropecuárias.

A alternativa D está errada, pois o PCA - Programa para Construção e Ampliação de Armazéns objetiva fornecer recursos para os investimentos necessários à construção e à ampliação de armazéns, com o objetivo de aumentar a capacidade instalada de armazenagem no país e competitividade das cooperativas agropecuárias.

A alternativa E está correta, pois o Prodecoop - Programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária é voltado para o financiamento dos itens para a modernização dos sistemas produtivos e de comercialização das cooperativas brasileiras.

Gabarito: letra E

13. Até 2006, não existia uma lei para orientar as pessoas sobre como explorar economicamente uma floresta pública. Mesmo aquelas que já estavam destinadas ao uso sustentável (Florestas Nacionais) também tinham carência de uma legislação. A Lei de Gestão de Florestas Públicas, Lei nº 11.284/2006, uma conquista da sociedade brasileira, foi criada com o intuito de definir procedimentos técnicos para a exploração da floresta e de, ao mesmo tempo, conservá-la. Com a criação e aplicação dessa lei, surgiram novos órgãos e novas figuras institucionais importantes para sua efetividade, assim como, ao longo dos anos, a lei sofreu alterações legais.

Uma das alterações, aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República em 2023, que se refere aos fins dispostos nessa lei, define o(a)

A) unidade de manejo como perímetro definido a partir de critérios técnicos, socioculturais, econômicos e ambientais, objeto de um Plano de Manejo Florestal Sustentável ou utilizado para atividades de restauração florestal ou de exploração de demais serviços e produtos, localizado em florestas públicas, podendo conter áreas degradadas para fins de recuperação por meio de plantios florestais.

B) serviço florestal como atividade de turismo e outras ações ou benefícios decorrentes do manejo e conservação da floresta, não caracterizados como produtos florestais tais como produtos madeireiros e não madeireiros gerados pelo manejo florestal sustentável.

C) auditoria florestal como ato de avaliação independente e qualificada de atividades florestais e obrigações econômicas, sociais e ambientais assumidas de acordo com o Plano de Manejo Florestal Sustentável e o contrato de concessão florestal, executada por entidade reconhecida pelo órgão gestor.

D) manejo florestal sustentável como a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros.

E) recurso florestal como elemento ou característica de determinada floresta, potencial ou efetivamente gerador de produto florestal madeireiro e não madeireiro gerado pelo manejo florestal sustentável ou de serviço.

Comentários:

Das alternativas apresentadas, a única que traz uma definição alterada em 2023 pela Lei nº 14.590 é a de "unidade de manejo", que passou a incorporar a possibilidade de realização de atividades de restauração florestal e a possibilidade de conter áreas degradadas - Lei nº 11.284/2006, art. 3º,VIII:

Art. 3º Para os fins do disposto nesta Lei, consideram-se:

VIII - unidade de manejo: perímetro definido a partir de critérios técnicos, socioculturais, econômicos e ambientais, objeto de um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) ou utilizado para atividades de restauração florestal ou de exploração de demais serviços e produtos, localizado em florestas públicas, podendo conter áreas degradadas; [grifou-se]

Gabarito: letra A

14. A avaliação é uma importante etapa do processo de análise e acompanhamento de uma política pública e visa coletar, analisar e interpretar informações sobre essa política. Através da avaliação, é possível subsidiar seu planejamento e (re)orientar as tomadas de decisões desde o seu diagnóstico até os resultados. Ou seja, é um instrumento utilizado para o conhecimento da viabilidade de programas e projetos, para o redirecionamento de seus objetivos, quando necessário, ou mesmo para a reformulação de suas propostas e atividades.
Dessa forma, com relação à avaliação de políticas públicas no Brasil, conclui-se que a

A) avaliação formativa se relaciona com a verificação dos resultados obtidos ao fim do processo, ou seja, julga o mérito do programa e comprova os seus resultados finais, avaliando como o programa foi desenvolvido.

B) avaliação somativa visa fornecer informações acerca da maneira pela qual se desenvolve a implementação, para aprimorar o funcionamento do programa, verificando se as atividades estão se desenvolvendo de acordo com o planejado.

C) avaliação não é simplesmente um instrumento de aperfeiçoamento ou de redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, mas apresenta-se como uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais.

D) avaliação de um programa só deve ser realizada quando este apresentar problemas nas etapas ou processos passíveis de aperfeiçoamento ou mesmo de ampliação, estando sujeito à complementaridade ou à renovação.

E) avaliação interna é a realizada por atores pertencentes à instituição gestora do programa, desde que estejam envolvidos na sua execução, e a externa é a realizada por profissionais que não pertencem à instituição executora do programa.

Comentários:

Avaliação de Políticas Públicas

A avaliação de políticas públicas é uma etapa crucial para a análise e acompanhamento dessas políticas, contribuindo para a transparência e a melhoria contínua dos programas implementados. Segundo Souza (2006), a avaliação possibilita a obtenção de informações que subsidiam tanto a reformulação de políticas quanto o aperfeiçoamento de suas atividades. Secchi (2013) reforça que a avaliação serve tanto para o redirecionamento de objetivos quanto para a prestação de contas à sociedade, garantindo a eficácia e eficiência das ações governamentais.

Julgamento das alternativas

(A) ERRADO - A avaliação formativa, ao contrário do que é afirmado, foca no processo de implementação de um programa, fornecendo *feedback* contínuo para aprimoramento durante a execução. A descrição dada é mais apropriada para a avaliação somativa, que ocorre ao fim do programa, julgando seus resultados.

(B) ERRADO - A avaliação somativa é realizada ao final de um programa para verificar seus resultados e impactos. O item descreve corretamente o objetivo da avaliação formativa, que visa fornecer informações durante o processo para aprimorar a implementação.

(C) CERTO - A avaliação de políticas públicas é, de fato, uma ferramenta essencial não só para o aperfeiçoamento dos programas, mas também para a prestação de contas à sociedade, garantindo a transparência das ações governamentais (Secchi, 2013).

(D) ERRADO - A avaliação de um programa deve ser contínua, e não apenas realizada em casos de problemas. Avaliar regularmente permite ajustes e melhorias durante toda a execução do programa, independentemente de problemas identificados.

(E) ERRADO - A definição de avaliação interna e externa está parcialmente correta. No entanto, a avaliação interna não necessariamente precisa ser conduzida por atores envolvidos na execução; ela pode ser realizada por outros membros da mesma organização que não estejam diretamente envolvidos no programa.

Conclusão

Portanto, a alternativa correta é a **C**, que destaca o papel da avaliação de políticas públicas não apenas como um instrumento de aperfeiçoamento, mas também como uma ferramenta de prestação de contas à sociedade.

Referência Bibliográfica

1. **Souza, C. (2006). Políticas públicas: Uma revisão da literatura. Sociologias, 8(16), 20-45.**
2. **Secchi, L. (2013). Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. Cengage Learning.**

Gabarito: letra C

15. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado pelo governo federal com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda.
Dentre os subprogramas que fazem parte do PRONAF estão o

A) PRONAF Custeio, o PRONAF Mulher e o PRONAF Agroindústria

B) PRONAF Custeio, o PRONAF Agroindústria e o PRONAF Digital

C) PRONAF Mulher, o PRONAF Agroindústria e o PRONAF Social

D) PRONAF Agroindústria, o PRONAF Digital e o PRONAF Social

E) PRONAF Custeio, o PRONAF Digital e o PRONAF Social

Comentários:

A alternativa A está correta, pois PRONAF Custeio, voltado para custeio agrícola e pecuário, PRONAF Mulher, linha que oferece crédito de investimento para a mulher agricultora, e o PRONAF Agroindústria, que oferta crédito de investimento para agregação de valor à produção própria a partir da instalação de pequenas e médias agroindústrias, são modalidades de financiamento previstas no Manual de Crédito Rural.

A alternativa B está errada, pois o PRONAF Digital não é uma modalidade de financiamento prevista no Manual de Crédito Rural.

A alternativa C está errada, pois o PRONAF Social não é uma modalidade de financiamento prevista no Manual de Crédito Rural.

A alternativa D está errada, pois o PRONAF Digital e o PRONAF Social não são modalidades de financiamento previstas no Manual de Crédito Rural.

A alternativa E está errada, pois o PRONAF Digital e o PRONAF Social não são modalidades de financiamento previstas no Manual de Crédito Rural.

Gabarito: letra A

16. A Lei nº 14.515/2022, além de estabelecer um novo sistema de fiscalização para a produção agropecuária no país, cria o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras).
Um dos critérios fundamentais que os programas de autocontrole precisarão observar é:

A) lotes de produtos não identificados para assegurar a segurança do produtor/fornecedor.

B) identificação dos responsáveis pela etapa de produção do produto para acionamento no caso da detecção de não conformidades.

C) marcas legíveis nos rótulos, com descrição do valor nutricional dos produtos e data de validade.

D) registros sistematizados e auditáveis do processo produtivo (desde a chegada da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos até a entrega do produto final).

E) designação do ministério responsável pela aprovação do produto.

Comentários:

Questão baseada no Capítulo II da Lei nº 14.515/2022, que trata DOS PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE DOS AGENTES PRIVADOS REGULADOS PELA DEFESA AGROPECUÁRIA.

Conforme Art. 8º, § 2º:

Os programas de autocontrole conterão:

I - registros sistematizados e auditáveis do processo produtivo, desde a obtenção e a recepção da matéria-prima, dos ingredientes e dos insumos até a expedição do produto final;

II - previsão de recolhimento de lotes, quando identificadas deficiências ou não conformidades no produto agropecuário que possam causar riscos à segurança do consumidor ou à saúde animal e à sanidade vegetal; e

III - descrição dos procedimentos de autocorreção.

Gabarito: letra D.

17. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, é comumente citado como exemplo para assegurar a segurança alimentar atendida pela rede socioassistencial.

As duas finalidades básicas do PAA são as seguintes:

A) fortalecer circuitos locais e regionais de produção de alimentos; fomentar a extensão rural.

B) promover o acesso à alimentação; incentivar a agricultura familiar.

C) valorizar a biodiversidade; estimular a recuperação de áreas de preservação permanente (APP).

D) permitir acesso de agricultores familiares a tecnologias do agronegócio; estimular a exportação.

E) estimular o cooperativismo; equacionar relações de gênero no campo.

Comentários:

A alternativa A está errada, pois fomentar a extensão rural não é uma das finalidades do PAA.

A alternativa B está correta, pois promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar são finalidades do PAA.

A alternativa C está errada, pois estimular a recuperação de áreas de preservação permanente (APP) não é uma das finalidades do PAA. Valorizar a biodiversidade aparece como uma finalidade na nova regulamentação do PAA, dada pela Lei nº 14.628/2023.

A alternativa D está errada, pois permitir acesso de agricultores familiares a tecnologias do agronegócio e estimular a exportação não são finalidades do PAA, que busca promover a inclusão econômica e social dos agricultores familiares, com fomento à produção sustentável, ao processamento de alimentos em geral, à industrialização e à geração de renda.

A alternativa E está errada, pois equacionar relações de gênero no campo não é uma das finalidades do PAA.

Gabarito: letra B

18. O etnomapeamento e o etnozoneamento são ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas, previstas pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Essas ferramentas se caracterizam por serem

A) ações participativas que fornecem bases de diálogo para a gestão territorial e ambiental das terras indígenas.

B) metodologias consagradas pela comunidade científica que dependem de softwares específicos para a sua aplicação.

C) ferramentas altamente subjetivas e de difícil sistematização, o que vem dificultando a adoção da PNGATI.

D) atividades que devem ser executadas por acadêmicos, sem que haja envolvimento com as comunidades indígenas.

E) atividades que correspondem a um conjunto de abordagens sociais, que excluem as características naturais de sua avaliação.

Comentários:

Segundo o art. 2º do Decreto nº 7.747/2012, ambos o etnomapeamento e o etnozoneamento são instrumentos participativos considerados ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas.

O etnomapeamento é o mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas.

Já o etnozoneamento é o instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento. Segue-se o dispositivo legal:

> Art. 2º São ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas o etnomapeamento e o etnozoneamento.
>
> Parágrafo único. Para fins deste Decreto, consideram-se:
>
> I – Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e
>
> II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

Gabarito: letra A

19. O Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação — Lei nº 13.243/2016 — é resultado de um processo de cerca de cinco anos de discussões entre atores do Sistema Nacional de Inovação, nos âmbitos das comissões de Ciência e Tecnologia da Câmara e do Senado.
Tais discussões tinham o objetivo de alterar pontos de leis concernentes ao tema, de modo a

A) limitar o estabelecimento de mecanismos de incentivo à interação de Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação com empresas.

B) reduzir obstáculos legais e burocráticos e conferir maior flexibilidade às instituições atuantes em Ciência, Tecnologia e Inovação.

C) bloquear o recebimento de remuneração pelas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação em parcerias público-privadas.

D) atribuir aos núcleos de inovação tecnológica a liberação do requerimento de proteção intelectual das produções conjuntas.

E) dificultar o compartilhamento ou a permissão para uso de laboratórios ou instalações.

Comentários:

Conforme Cristiane Vianna Rauen, o novo marco legal da inovação, conhecido como Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), foi aprovado em 11 de janeiro de 2016, após sanção da presidente Dilma Rousseff da Lei nº 13.243/2016 (Brasil, 2016a).

A nova lei é resultado de um processo de cerca de cinco anos de discussões entre atores do Sistema Nacional de Inovação (SNI) nos âmbitos das Comissões de Ciência e Tecnologia da Câmara e do Senado.

Essas discussões tinham como ponto de partida o reconhecimento e a necessidade de alterar pontos na Lei de Inovação e em outras nove leis relacionadas ao tema, de modo a reduzir obstáculos legais e burocráticos e conferir maior flexibilidade às instituições atuantes nesse sistema.

Dessa forma, a alternativa B está correta e é o gabarito da questão.

Gabarito: letra B

20. Levando-se em conta a trajetória histórica e o amplo conhecimento acumulado sobre implementação de políticas públicas, atualmente existem diversos pressupostos que já foram alcançados ou ultrapassados por meio de vários estudos.
Um desses pressupostos é que

A) a formulação e a implementação não são fases distintas, mas sim processos decisórios contínuos que perpassam diferentes atores no que é possível chamar de cadeia decisória.

B) a implementação de serviços públicos não está associada à legitimidade dos governos e suas políticas públicas.

C) as políticas públicas são constituídas por uma única camada decisória e por um único ator regulador dessas políticas.

D) os estudos de implementação se limitam a investigar aspectos formais e normativos das políticas públicas.

E) os modelos de processos *multi-level* levam em conta apenas um nível hierárquico relacionado a uma cadeia decisória.

Comentários:

Implementação de Políticas Públicas

A implementação de políticas públicas é um processo dinâmico e complexo, que envolve a interação de múltiplos atores e níveis decisórios. Conforme destacado por Secchi (2013), a implementação não deve ser vista como uma fase subsequente à formulação, mas sim como um processo interativo e contínuo. Souza (2006) também aponta que a implementação de políticas públicas está intimamente ligada à legitimidade do governo e à eficácia de suas ações, o que ressalta a importância de estudos que considerem tanto os aspectos formais quanto os informais dessa fase.

Julgamento das alternativas

(A) CERTO - A formulação e a implementação de políticas públicas são, de fato, processos interligados, que envolvem decisões contínuas e a participação de diferentes atores ao longo do que se pode chamar de cadeia decisória. Esse entendimento é respaldado por diversos estudos na área de políticas públicas (Secchi, 2013).

(B) ERRADO - A legitimidade dos governos e de suas políticas está, sim, associada à maneira como os serviços públicos são implementados. Uma implementação eficaz contribui para a confiança pública e a percepção de legitimidade (Souza, 2006).

(C) ERRADO - Políticas públicas não são constituídas por uma única camada decisória ou por um único ator. Elas envolvem múltiplos atores e níveis decisórios, refletindo a complexidade das interações necessárias para a sua implementação (Secchi, 2013).

(D) ERRADO - Os estudos de implementação vão além dos aspectos formais e normativos, abordando também questões práticas, comportamentais e de contexto, como a interação entre diferentes níveis de governo e atores sociais (Souza, 2006).

(E) ERRADO - Os modelos *multi-level* (multinível) consideram diferentes níveis hierárquicos e a interação entre eles, reconhecendo a complexidade das cadeias decisórias em políticas públicas (Secchi, 2013).

Conclusão

Portanto, a alternativa correta é a **A**, que reflete o entendimento moderno sobre a continuidade e a interdependência entre a formulação e a implementação de políticas públicas.

Referência Bibliográfica

1. **Souza, C. (2006). Políticas públicas: Uma revisão da literatura.** *Sociologias*, **8(16), 20-45.**
2. **Secchi, L. (2013).** *Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. **Cengage Learning.**

Gabarito: letra A

EIXO TEMÁTICO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM NO MEIO RURAL

21. Os Sistemas de Referência Terrestres ou Geodésicos são utilizados para descrever as posições de objetos na superfície da Terra, possibilitando o desenvolvimento dos cálculos das suas coordenadas. As coordenadas que têm como referência os Sistemas de Referência Geodésicos são normalmente apresentadas em três formas: cartesianas, geodésicas e planas.
No Sistema de Coordenadas Geodésicas, o ângulo que o meridiano geodésico passando por um ponto P da superfície terrestre forma com uma direção, contado do norte por leste, é o(a)

A) Latitude geodésica

B) Longitude geodésica

C) Altitude geométrica

D) Azimute geodésico

E) Desvio da vertical

Comentários:

A, B e C - Erradas. Coordenadas geodésicas de latitude (norte a sul, alternativa A), longitude (leste a oeste, alternativa B) e Altitude (altimetria, alternativa C) NÃO mostram direções, mas posições exatas na superfície terrestre. Perceba que a questão pede que o candidato marque DIREÇÃO.

D - Certa. Como a questão fala em "direção" a partir do "meridiano", a única alternativa plausível seria o AZIMUTE que, assim como o rumo, constitui ângulos de direções que partem das linhas verticais (meridianos). O ponto "P" poderia ser qualquer ponto a ser medido entre 0 e 360 graus. Como explicitado, o azimute é medido de norte para leste, ou seja, em sentido horário.

E - Errada. Desvio da vertical é diferença angular entre a direção da gravidade e a direção do normal ao elipsoide de referência. Nada a ver com o assunto.

Gabarito: letra D

22. Os solos desempenham um papel fundamental na sustentação da vida na Terra, fornecendo suporte para a vegetação, filtragem da água, reciclagem de nutrientes e habitat para uma variedade de organismos.
A grandeza característica do solo que reflete a quantidade máxima que pode ser obtida de um solo por drenagem natural, sob a ação exclusiva da gravidade, expressa em porcentagem de volume de solo saturado, é denominada

A) retenção específica

B) coeficiente de permeabilidade

C) suprimento específico

D) velocidade de infiltração

E) porosidade

Comentários:

A alternativa A está errada, pois retenção específica corresponde ao complemento da grandeza descrita no enunciado, ou seja, a quantidade de água que permanece depois que o solo saturado drena por ação exclusiva da gravidade. Esse conceito não corresponde exatamente, mas é de certa forma similar, à umidade do solo na capacidade de campo.

A alternativa B está errada, pois o coeficiente de permeabilidade, ou condutividade hidráulica do solo, indica a quantidade de água que atravessa determinada seção de solo em um dado intervalo de tempo.

A alternativa C está correta, pois o suprimento específico, cujo conceito é semelhante ao de porosidade drenável na prática da drenagem agrícola, representa a proporção de volume do solo que é drenado por ação exclusiva da gravidade.

A alternativa D está errada, pois a velocidade de infiltração indica a quantidade de água que atravessa a superfície do solo em dado intervalo de tempo.

A alternativa E está errada, pois a porosidade do solo se refere à proporção de determinado volume não ocupado por sólidos.

Gabarito: letra C

23. Considere o trecho abaixo da Embrapa Solos, que caracteriza o perfil de um determinado solo. Solos constituídos por material mineral, com horizonte B. Devido à heterogeneidade do material de origem, das formas de relevo e das condições climáticas, as características destes solos variam muito de um local para outro. São solos fortemente, até imperfeitamente, drenados, rasos a profundos, de cor bruna ou bruno- -amarelada, e de alta a baixa saturação por bases e atividade química da fração coloidal.
SIBCS - Sistema Brasileiro de Classificação de Solos: Conceito e Definição das Classes. Portal da Embrapa. Disponível em: https://www.embrapa.br/solos/sibcs/conceito-e-definicao-das- -classes. Adaptado.
O perfil de solo caracterizado no trecho acima é o

A) vertissolo

B) cambissolo

C) planossolo

D) luvissolo

E) neossolo

Comentários:

A alternativa A está errada, pois os Vertissolos são caracterizados pelos elevados teores de argila de alta atividade, que se expande quando úmida e contrai quando seca. Comumente apresentam estrutura prismática e intenso fendilhamento quando secos, ocorrendo principalmente em locais de clima mais seco e com lençol mais superficial, o que restringe a lixiviação.

A alternativa B está correta, pois os Cambissolos apresentam horizonte B incipiente, que não evidencia a ação de processos pedogenéticos predominantes. As características desses solos são extremamente variáveis, já que podem ser formados sob diferentes condições de material de origem, relevo, clima e vegetação.

A alternativa C está errada, pois os Planossolos são marcados pela intensa perda de argila dos horizontes superficiais (A e E) com concentração no horizonte B. Devido à transição abrupta da textura do horizonte A mais arenoso para o horizonte B mais argiloso, apresentam baixa permeabilidade. Os Planossolos ocorrem em locais planos (planícies e depressões) e com drenagem limitada.

A alternativa D está errada, pois os Luvissolos apresentam horizonte B textural com argila de alta atividade e elevada fertilidade natural (alta saturação por bases). Ocorrem em regiões de intemperismo menos intenso, como no Nordeste brasileiro, sendo por isso geralmente pouco profundos e comumente pedregosos.

A alternativa E está errada, pois os Neossolos evidenciam reduzida atuação dos processos pedogenéticos, com predomínio de características herdadas do material de origem. Apresentam geralmente sequência de horizontes A-C-R ou A-R, ou seja, não apresentam horizonte B.

Gabarito: letra B

24. O levantamento topográfico consiste na aplicação de métodos para determinar as coordenadas topográficas de pontos, conectando-os com os detalhes do terreno. Isso visa a representá-los em um plano com uma escala previamente estabelecida, assim como representar suas altitudes por meio de curvas de nível, com uma equidistância também predeterminada, e/ou pontos cotados.
O conjunto de pontos materializados de referências de nível (RRNN), que proporciona o controle de posição altimétrica dos levantamentos topográficos e o seu referenciamento ao datum (origem) altimétrico do país, é denominado apoio

A) topográfico altimétrico

B) topográfico planimétrico

C) geodésico altimétrico

D) geodésico planialtimétrico

E) geodésico planimétrico

Comentários:

Os levantamentos podem ser TOPOGRÁFICOS (em escala local, estudos de pequenas áreas) e GEODÉSICOS (em escalas regional, nacional ou continental, para grandes áreas).

Além disso, podem ser ALTIMÉTRICOS (coordenadas Z, de altitude, tridimensionais) ou PLANIMÉTRICOS (coordenadas X e Y, em duas dimensões).

Sabendo dessas subdivisões, vamos à questão.

A banca menciona as "referências de nível (RRNN)" do território brasileiro que, assim como o nome sugere, apresenta redes de pontos de ALTIMETRIA pelo país, mostrando a distância vertical em relação ao marégrafo de Imbituba (SC).

Logo, denomina-se apoio GEODÉSICO (porque é em grande território) e ALTIMÉTRICO (porque se refere à altimetria – alternativa C).

Gabarito: letra C

25. A meteorologia é uma disciplina física que se baseia em medições obtidas por meio de instrumentação. Os instrumentos meteorológicos são dispositivos projetados para coletar dados sobre as condições atmosféricas em momentos específicos que, em conjunto, oferecem uma visão abrangente das condições meteorológicas.
O instrumento meteorológico usado para medir a distribuição do tamanho da gota e a velocidade dos hidrometeoros (gota d'água, floco de neve, etc.) em queda é o

A) anemoscópio

B) anemômetro

C) ceilômetro

D) disdrômetro

E) heliógrafo

Comentários:

A alternativa A está errada, pois o anemoscópio é um instrumento empregado para indicar a direção do vento (também chamado de biruta).

A alternativa B está errada, pois o anemômetro é o instrumento utilizado para medição da velocidade do vento.

A alternativa C está errada, pois o ceilômetro é um instrumento capaz de medir a concentração de aerossóis na atmosfera, sendo por isso utilizado para determinar a altura da base e do topo de nuvens em aeroportos.

A alternativa D está correta, pois o disdrômetro é o instrumento empregado para medir a distribuição das gotas de chuva por tamanho e a sua velocidade.

A alternativa E está errada, pois o heliógrafo é o instrumento empregado para determinar o número de horas de brilho solar.

Gabarito: letra D

26. A definição, a implantação e a manutenção do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) são de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sendo assim, ele instituiu, com o objetivo de estabelecer as especificações e normas gerais para levantamentos geodésicos, o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS), que é o sistema de referência geodésico para o SGB e para o Sistema Cartográfico Nacional (SCN).
O Datum SIRGAS 2000 foi criado com o objetivo de definir um sistema geocêntrico de referência unificado para todo o território sul-americano.
O Datum SIRGAS 2000 possui como elipsoide o

A) Elipsoide do Sistema Geodésico de Referência de 1967

B) Elipsoide do Sistema Geodésico de Referência de 1980

C) Elipsoide de Hayford

D) Elipsoide Clarke

E) Elipsoide Puissant

Comentários:

O SIRGAS 2000 possui como elipsooide do Sistema Geodésico de Referência de 1980 (Geodetic Reference System 1980 – GRS80) com orientação geocêntrica (orientada ao centro da Terra).

Os sistemas anteriores utilizados no Brasil (SAD-69 e Córrego Alegre) utilizavam, respectivamente, os elipsoides de 1967 (alternativa A) e de Hayford 1924 (alternativa C), mas isso é passado. Hoje é o SIRGAS que está em vigor.

Os elipsoides de Clarke (EUA) (alternativa D) e Puissant (Europa) (alternativa E) são bem antigos, do século XIX, e não possuem relação com o SIRGAS 2000.

Gabarito: letra B

27. Considere o quadro a seguir, que apresenta uma síntese das diferenças para classificação de pragas, de acordo com as Normas Internacionais para Medidas Fitossanitárias.

Critério de definição	I	II
Status da praga	Ausente, ou de distribuição limitada	Presente, e pode ser amplamente distribuída
Via de ingresso	Medidas fitossanitárias para qualquer via de ingresso	Medidas fitossanitárias somente em caso de plantas para plantio
Impacto econômico	O impacto é previsto	O impacto é conhecido
Controle oficial	Sob controle oficial, se presente, com o objetivo de erradicação ou contenção	Sob controle oficial com respeito às plantas para plantio especificadas, com o objetivo de supressão

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2006). Normas internacionais para medidas fitossanitárias - NIMF no 16: Pragas não quarentenárias regulamentadas: Conceito e aplicação. 2002. p. 7. Adaptado.

As classificações I e II das pragas, no quadro apresentado, correspondem, respectivamente, a

	I	II
(A)	Praga quarentenária	Praga não regulamentada
(B)	Praga não regulamentada	Praga quarentenária
(C)	Praga não quarentenária regulamentada	Praga não regulamentada
(D)	Praga não regulamentada	Praga não quarentenária regulamentada
(E)	Praga quarentenária	Praga não quarentenária regulamentada

Comentários:

Essa questão cobrou do candidato basicamente o previsto na Norma Internacional de Medidas Fitossanitárias nº 16 que trata das pragas quarentenárias e não quarentenárias.

O quadro em anexo apresenta as características das pragas regulamentadas: praga quarentenária e praga não quarentenária-regulamentada (PNQR).

A I é a praga quarentenária, praga de importância econômica potencial para uma área em perigo, que pode ser ausente (PQA) ou presente com distribuição limitada (PQP), já a II é a PNQR cuja presença em plantas para o plantio afeta o seu proposto com consequências econômicas inaceitáveis (impacto conhecido).

Gabarito: letra E

28. Na resolução dos desafios da Ciência da Geoinformação, em especial na compreensão das representações computacionais do espaço, um conceito empregado para traduzir o mundo real para o ambiente computacional é o paradigma dos quatro universos. A visão apresentada nesse paradigma oferece uma solução unificadora para os problemas em Computação Gráfica e Processamento de Imagens.

No universo de representação, as entidades formais definidas no universo conceitual são associadas a

A) fenômenos a serem representados (tipos de solo, cadastro urbano e rural, dados geofísicos e topográficos).

B) distinção entre as grandes classes formais de dados geográficos (dados contínuos e objetos individualizáveis).

C) diferentes representações geométricas, que podem variar conforme a escala e a projeção cartográfica escolhida e a época de aquisição do dado.

D) espacialização de classes nos tipos de dados geográficos utilizados comumente (dados temáticos e cadastrais, modelos numéricos de terreno, dados de sensoriamento remoto).

E) estruturas de dados (tais como árvores quaternárias e árvores-R) para implementar as geometrias do universo de representação.

Comentários:

Questão difícil e específica retirada de um livro do Gilberto Câmara do INPE. De acordo com o autor:

"No universo do MUNDO REAL encontram-se os fenômenos a serem representados (tipos de solo, cadastro urbano e rural, dados geofísicos e topográficos) (trecho da alternativa A).

No universo CONCEITUAL (matemático) pode-se distinguir entre as grandes classes formais de dados geográficos (dados contínuos e objetos individualizáveis) e especializar estas classes nos tipos de dados geográficos utilizados comumente (dados temáticos e cadastrais, modelos numéricos de terreno, dados de sensoriamento remoto) (trecho da alternativa B)

No universo de REPRESENTAÇÃO as entidades formais definidas no universo conceitual são associadas a diferentes representações geométricas, que podem variar conforme a escala e a projeção cartográfica escolhida e a época de aquisição do dado, aqui se distingue entre as representações matricial e vetorial, que podem ainda ser especializadas (trecho da alternativa C, correta).

No universo de IMPLEMENTAÇÃO é onde ocorre a realização do modelo de dados através de linguagens de programação. Neste universo, escolhem-se as estruturas de dados (tais como árvores quaternárias e árvores-R) para implementar as geometrias do universo de representação." (trecho da alternativa E)

Fonte: http://www.dpi.inpe.br/gilberto/tutoriais/gis_ambiente/2modelo.pdf

Gabarito: letra C

29. Na hidrologia, notadamente na determinação do balanço hídrico de uma bacia hidrográfica, a altura média de precipitação sobre a área de estudo costuma ser demandada. Esse estudo pode ser feito, por exemplo, com base em um evento pluviométrico isolado, ou com base em totais anuais, utilizando dados de uma rede de estações pluviométricas.
Um método que pode ser utilizado para determinar a altura média de precipitação, mesmo para uma distribuição espacial não uniforme de estações, e que consiste em atribuir um fator de peso aos totais precipitados em cada estação proporcional à área de influência de cada estação é o

A) Método Aritmético

B) Método das Isoietas

C) Método da Ponderação pelo Inverso da Distância (IDW)

D) Método de Thiessen

E) Método de Krigagem Ordinária

Comentários:

A - Errada. Método aritmético é a matemática simples, insuficiente para responder à questão.

B - Errada. Isoietas são linhas de igual valor de chuva (assim como as curvas de nível dividem terrenos de igual altitude, as isoietas dividem terrenos de igual precipitação).

C - Errada. O IDW é um interpolador simples que NÃO é capaz de estabelecer as "áreas de influência de cada estação".

D - Certa. Os polígonos de Thiessen (também conhecidos como Voronoi) servem JUSTAMENTE para estabelecer áreas de influência. Tendo um ponto X como referência, por exemplo, forma-se um polígono X. Dentro deste, qualquer ponto é mais próximo de X do que de qualquer outro ponto. Daí se forma uma área de influência.

E - Errada. Cuidado! A Krigagem é um interpolador muito utilizado, mas NÃO define áreas de influência. A Krigagem "transforma" dados pontuais em dados de superfície, sendo muito usado em climatologia, por exemplo, mas... como dito, não estabelece áreas de influência.

Gabarito: letra D

30. As classes de aptidão agrícola dos solos expressam a aptidão agrícola das terras para um determinado tipo de utilização, com um nível de manejo definido, dentro do subgrupo de aptidão. Elas refletem o grau de intensidade com que as limitações afetam as terras, sendo definidas em termos de graus, referentes aos fatores limitantes mais significativos, os quais definem as condições agrícolas das terras. As terras que apresentam limitações moderadas para uma produção sustentável em um determinado uso, demandando mais insumos para compensar a redução na produtividade em comparação com terras de qualidade superior, são de aptidão agrícola de classe

A) muito boa

B) boa

C) regular

D) restrita

E) inapta

Comentários:

A alternativa A está errada, pois o sistema de avaliação da aptidão agrícola não contempla uma classe de aptidão muito boa, apenas boa, regular, restrita e inapta.

A alternativa B está errada, pois as terras com aptidão boa não apresentam limitações significativas para a produção sustentada em um determinado tipo de uso. As restrições são mínimas, sem expressiva redução da produtividade ou exigência de insumos.

A alternativa C está correta, pois a aptidão regular corresponde a terras com limitações moderadas para a produção sustentada. As limitações reduzem a produtividade ou aumentam a necessidade de insumos, mas ainda economicamente compensadora (ainda que bem inferior à classe boa).

A alternativa D está errada, pois as terras com aptidão restrita têm limitações fortes à produção sustentada. As limitações reduzem a produtividade ou aumentam a necessidade de insumos, com pequena viabilidade econômica.

A alternativa E está errada, pois as terras inaptas possuem condições que excluem a possibilidade de produção sustentada.

Gabarito: letra C

EIXO TEMÁTICO 4 - PRÁTICAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MEIO RURAL

31. A capacidade de água total disponível do solo, medida em mm de água/cm de solo, é uma variável de extrema importância para o manejo de irrigação em áreas agrícolas.
Para o cálculo dessa variável, é fundamental o conhecimento dos seguintes fatores:

A) evapotranspiração de referência e coeficiente da cultura

B) evaporação da água do tanque classe A e coeficiente do tanque

C) umidade do solo na capacidade de campo e umidade inicial do solo

D) umidade do solo na capacidade de campo e umidade do solo no ponto de murcha permanente

E) evapotranspiração da cultura e frequência de irrigação

Comentários:

A alternativa A está errada, pois a evapotranspiração de referência (ou evapotranspiração potencial) e o coeficiente de cultura são fatores relacionados ao cálculo da evapotranspiração máxima da cultura.

A alternativa B está errada, pois a evaporação do tanque classe A e o coeficiente de tanque são parâmetros empregados para estimar a evapotranspiração potencial.

A alternativa C está errada, pois a umidade do solo na capacidade de campo e a umidade inicial podem ser empregadas para determinar a variação de armazenamento do solo.

A alternativa D está correta, pois a água disponível total do solo é dada pela diferença entre umidade na capacidade de campo e umidade no ponto de murcha permanente.

A alternativa E está errada, pois a evapotranspiração da cultura e a frequência de irrigação (ou turno de rega) são utilizados para determinação da lâmina líquida de irrigação.

Gabarito: letra D

32. O preparo convencional do solo consiste no revolvimento de camadas superficiais para reduzir a compactação, incorporar corretivos e fertilizantes, aumentar os espaços porosos e, com isso, elevar a permeabilidade e o armazenamento de ar e água.
Quando a camada compactada do solo impede o fluxo de água ou o desenvolvimento radicular das plantas, a descompactação do solo em camadas mais profundas (superiores a 30 cm) é recomendada, sendo essa operação denominada

A) aração

B) gradagem leve

C) gradagem pesada

D) subsolagem

E) sulcamento

Comentários:

A alternativa A está errada, pois a aração é uma prática de preparo primário do solo, provocando grande mobilização superficial do solo, inversão de camadas e enterrio ou incorporação de restos culturais e corretivos.

A alternativa B está errada, pois a gradagem leve é uma operação realizada para quebrar os torrões resultantes do preparo primário, incorporar corretivos e palhada e nivelar a superfície do solo antes do plantio.

A alternativa C está errada, pois a gradagem pesada é empregada para preparo primário do solo, com alto rendimento operacional e capacidade de preparar terrenos com grande quantidade de resíduos vegetais sobre a superfície, porém com menor capacidade de penetração no solo que os arados.

A alternativa D está correta, pois a subsolagem tem como finalidade o alívio da compactação em maiores profundidades, rompendo camadas compactadas em subsuperfície (como pé-de-grade ou pé-de-arado).

A alternativa E está errada, pois o sulcamento é utilizado principalmente na implantação de lavouras perenes, abrindo o sulco de plantio que irá receber as mudas.

Gabarito: letra D

33. A carência ou o excesso de um determinado nutriente induzem o aparecimento de sintomas visuais, com padrões básicos para todas as culturas agrícolas.
O crescimento reduzido ou nanismo; folhas verde-escuras ou com coloração avermelhada, inicialmente nas mais velhas; manchas pardas, arroxeadas ou necróticas e secamento de folhas mais velhas são sintomas de deficiência de

A) nitrogênio

B) fósforo

C) potássio

D) cálcio

E) magnésio

Comentários:

A alternativa A está errada, pois a deficiência de nitrogênio provoca amarelecimento das folhas velhas e redução do crescimento.

A alternativa B está correta, pois a deficiência de fósforo se manifesta em folhas velhas, que ficam com coloração verde-azulada ou arroxeada a avermelhada, pelo acúmulo de antocianinas (sintoma chamado de bronzeamento), além de redução do crescimento.

A alternativa C está errada, pois a deficiência de potássio provoca clorose seguida de necrose das bordas das folhas velhas.

A alternativa D está errada, pois a deficiência de cálcio se manifesta nas folhas novas, já que esse nutriente é imóvel na planta, com clorose marginal seguida de necrose, crescimento deformado das folhas, morte de gemas apicais e crescimento reduzido.

A alternativa E está errada, pois a deficiência de magnésio resulta em clorose internerval nas folhas velhas (folhas amareladas, mas com nervuras verdes).

Gabarito: letra B

34. A Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN) é uma alternativa tecnológica para aumentar a produtividade agropecuária e minimizar a emissão dos Gases de Efeito Estufa. É uma técnica sustentável para a substituição do uso de fertilizantes nitrogenados, considerando os custos e as condicionantes ambientais.

A Fixação Biológica do Nitrogênio consiste em um processo biológico

A) conhecido como simbiose, onde o amônio é incorporado ao ácido glutâmico no interior do rizóbio, formando glutamina, ureídos e asparagina, que são transportados para todas as regiões da planta.

B) originado de uma relação intraespecífica, conhecida como colônia, onde ocorre a formação de uma estrutura especializada denominada de nódulo, onde a planta sofre modificações de estrutura e de metabolismo.

C) mediado por bactérias que possuem um complexo enzimático denominado nitrogenase e que realizam a fixação do nitrogênio atmosférico e posterior disponibilização deste para as plantas.

D) induzido, que ocorre exclusivamente em plantas leguminosas, através da associação de plantas com bactérias diazotróficas.

E) que ocorre a partir da inoculação de bactérias nas plantas, sendo a planta responsável pela fixação do nitrogênio atmosférico, transformando-o em amônia que é posteriormente incorporada na planta.

Comentários:

A alternativa A está errada, pois a reação catalisada pela enzima nitrogenase leva à produção de amônia (NH_3) e não amônio (NH_4^+), que é incorporada a ureídeos e amidas e transportada pelo xilema, ou seja, apenas no sentido do sistema radicular para a parte aérea.

A alternativa B está errada, pois a FBN é uma relação ecológica mutualística entre bactérias e plantas, ou seja, é uma interação ecológica interespecífica.

A alternativa C está correta, pois a FBN ocorre pela presença desse aparato enzimático nas bactérias diazotróficas, que possuem a enzima nitrogenase capaz de realizar a quebra da tripla ligação do nitrogênio atmosférico (N_2), reduzindo-o a formas biodisponíveis.

A alternativa D está errada, pois a FBN não ocorre exclusivamente em plantas leguminosas, podendo ser realizada por bactérias de vida livre, bactérias associativas (principalmente relacionadas a gramíneas) e bactérias simbiontes nodulíferas, comum nas leguminosas.

A alternativa E está errada, pois as bactérias são responsáveis pela fixação do nitrogênio atmosférico.

Gabarito: letra C

35. A gestão dos recursos hídricos deve proporcionar os usos múltiplos das águas, de forma descentralizada e participativa, contando com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. Em situações de escassez de água, o uso prioritário dos recursos hídricos deve ser para

A) indústria de alimentos e irrigação de áreas agrícolas

B) irrigação de áreas agrícolas e dessedentação de animais

C) consumo humano e dessedentação de animais

D) consumo humano e irrigação de áreas agrícolas

E) consumo humano e indústria de alimentos

Comentários:

Segundo o art. 1º da Lei nº 9.433/1997, em caso de escassez, os usos prioritários dos recursos hídricos são o consumo humano e a dessedentação de animais. Trata-se de fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos.

> Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos: (...)
>
> III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; (...)

Gabarito: letra C

36. As práticas agropecuárias, caso não sejam realizadas corretamente dentro de um manejo conservacionista, podem levar à degradação dos solos. Nesse sentido, as práticas conservacionistas visam à prevenção e à recuperação dos solos agrícolas. Uma das práticas conservacionistas é a abertura de sulcos construídos em nível, preenchidos com restos vegetais, com o objetivo de reduzir o escoamento superficial e a erosão, pois a água da chuva, e consequente enxurrada, ao encontrar os sulcos, acaba se infiltrando neles.

Essa prática conservacionista é denominada de

A) *mulching* vertical

B) terraceamento

C) cobertura morta

D) cultura em faixas

E) cultivo em nível

Comentários:

A alternativa A está correta, pois o *mulching* vertical é uma prática conservacionista fundamentada no aumento da taxa de infiltração, sendo constituída por sulcos construídos em nível e preenchidos com resíduos vegetais.

A alternativa B está errada, pois os terraços geralmente apresentam uma porção mais elevada, o dique ou camalhão, e uma porção escavada onde a água se acumula ou escoa, o canal, sendo construídos para interceptação e condução ou infiltração do escoamento superficial.

A alternativa C está errada, pois a cobertura morta decorre da deposição ou acúmulo de fitomassa sobre a superfície do solo, proveniente de restos culturais das lavouras ou de plantas de cobertura.

A alternativa D está errada, pois o cultivo em faixas consiste na disposição das lavouras em faixas, com idades ou espécies diferentes em faixas alternadas, de modo a promover a disposição alternada de plantas com diferentes densidades de cobertura seguindo o nível do terreno.

A alternativa E está errada, pois cultivo em nível corresponde ao plantio das lavouras seguindo as curvas de nível do terreno, ou seja, disposição das linhas de plantio perpendicularmente ao declive.

Gabarito: letra A

37. Método de irrigação é a forma pela qual a água pode ser utilizada e aplicada em áreas agrícolas. Para cada método, há dois ou mais sistemas de irrigação, que podem ser empregados. O sistema de irrigação autopropelido, em um único canhão montado sobre um carrinho, que se desloca longitudinalmente ao longo da área a ser irrigada, é amplamente utilizado em áreas agrícolas.

Esse sistema de irrigação autopropelido descrito acima, é um sistema que utiliza o método de irrigação

A) por superfície

B) localizada

C) por aspersão

D) subirrigação

E) subsuperficial

Comentários:

A alternativa A está errada, pois no método de irrigação por superfície, a água é conduzida e aplicada na superfície do solo, como escoamento superficial.

A alternativa B está errada, pois na irrigação localizada a aplicação de água ocorre apenas na proximidade das plantas, e não em área total.

A alternativa C está correta, pois o autopropelido é um sistema mecanizado de irrigação por aspersão, no qual o aspersor do tipo canhão hidráulico se movimenta na área em um veículo tracionado por cabo de aço ou pela própria mangueira.

A alternativa D está errada, pois a subirrigação é um sistema de irrigação por subsuperfície.

A alternativa E está errada, pois no método de irrigação por subsuperfície, a água é aplicada abaixo da superfície do solo.

Gabarito: letra C

38. A compostagem é um método de reciclagem e tratamento dos resíduos orgânicos que busca reproduzir algumas condições ideais observadas no processo natural de degradação da matéria orgânica, bem como garantir a segurança do processo.
Para que ocorra uma boa compostagem, o controle de alguns fatores-chave é fundamental, sendo necessário que

A) ocorra a decomposição aeróbia de resíduos vegetais e animais.

B) sejam utilizados como matéria-prima resíduos vegetais, ricos em carbono, e resíduos animais, pobres em nitrogênio.

C) seja de 10:1 a relação inicial ótima do Carbono/Nitrogênio - C/N.

D) sejam dispostos em camadas contínuas formando uma leira ou monte de dimensões e formatos fixos os resíduos, vegetais e animais.

E) seja mantido o material seco, com umidade em torno de 20 a 30%, no momento das reviradas das leiras.

Comentários:

A alternativa A está correta, pois a compostagem é um processo controlado de decomposição aeróbia (na presença de oxigênio) de resíduos orgânicos.

A alternativa B está errada, pois na compostagem são empregados materiais ricos em carbono (geralmente de origem vegetal, como palhadas) e materiais ricos em nitrogênio (como estercos e outros materiais de origem animal).

A alternativa C está errada, pois a relação C:N inicial ideal para o processo é de 25:1 a 30:1, garantindo que o processo ocorra com rapidez e sem grandes perdas de nitrogênio.

A alternativa D está errada, pois os resíduos vegetais e animais são depositados em camadas alternadas, em pilhas ou leiras de dimensões variáveis.

A alternativa E está errada, pois o material deve ser mantido úmido, mas não encharcado, garantindo suprimento adequado de água para a atividade dos microrganismos decompositores.

Gabarito: letra A

39. A principal característica do sistema de produção orgânico é a(o)

A) isenção do uso de produtos sintéticos tanto na produção, como nas demais fases do processo de produção.

B) redução da aplicação de herbicidas e fungicidas sintéticos.

C) adequação apenas à agricultura de larga escala, com foco em exportações, com o objetivo de anular barreiras não tarifárias.

D) viabilidade de implementação do sistema apenas próximo a unidades de conservação.

E) aumento da produtividade no primeiro ciclo da cultura.

Comentários:

A alternativa A está correta, pois a produção orgânica objetiva ofertar produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais, como produtos sintéticos, com limitação ao emprego de substâncias renováveis, de origem mineral ou quimicamente idênticas aos produtos naturais. Contudo, devemos ressaltar que essa questão dependerá da interpretação da banca, do que está sendo considerado como "produtos sintéticos".

A alternativa B está errada, pois a agricultura orgânica busca eliminar a necessidade de aplicação de herbicidas e fungicidas a partir do emprego de métodos culturais, biológicos e mecânicos de controle de pragas e doenças. Assim como na alternativa anterior, a definição de "produtos sintéticos" adotada pela banca fará toda a diferença no gabarito. Se a ideia é de pesticidas sintéticos, como agrotóxicos, aí a agricultura orgânica busca mesmo a eliminação do seu uso.

A alternativa C está errada, pois a agricultura orgânica não é adequada apenas à agricultura de larga escala, sendo um importante elemento promotor de desenvolvimento rural para agricultores familiares e populações rurais marginalizadas, com pequena capacidade de investimento e menor acesso a recursos produtivos.

A alternativa D está errada, pois a proximidade de unidades de conservação não tem relação com a viabilidade de implementação de sistemas orgânicos de produção.

A alternativa E está errada, pois os processos ecológicos que garantem a produção nos sistemas orgânicos, como ciclagem de nutrientes, aumento da biodiversidade e aumento da complexidade das interações no agroecossistema, demandam um tempo maior para se estabelecerem.

Gabarito: letra A

40. A qualidade da água para irrigação é um aspecto fundamental a ser observado, sendo a sua salinidade um dos critérios a serem considerados.
A salinidade é avaliada de acordo com a(o)

A) razão de adsorção de sódio

B) condutividade elétrica da água

C) concentração de cloro, sódio, boro e carbonatos na água

D) oxigênio dissolvido na água

E) fósforo total na água

Comentários:

A alternativa A está errada, pois a razão de adsorção e sódio é uma característica do solo, empregada para verificar a condição de sodicidade (excesso de sódio) de solos afetados por sais. A presença de sódio na água de irrigação é indicada pela proporção relativa de sódio.

A alternativa B está correta, pois o teor de sais pode ser expresso diretamente como concentração (em ppm) ou indiretamente pela condutividade elétrica, de determinação muito mais rápida e simples com o uso de condutivímetros.

A alternativa C está errada, pois cloro, sódio e boro são elementos que podem estar presentes em concentrações tóxicas na água de irrigação, enquanto a concentração de carbonatos indica a possibilidade de precipitação nas tubulações, emissores ou como carbonatos de Ca e Mg no solo, reduzindo a disponibilidade desses nutrientes.

A alternativa D está errada, pois o teor de oxigênio dissolvido não tem relação com a salinidade, mas com a presença de carga orgânica na água.

A alternativa E está errada, pois o teor de fósforo não tem relação com a salinidade da água de irrigação, podendo indicar contaminação por fertilizantes e esgoto.

Gabarito: letra B

EIXO TEMÁTICO 5 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MEIO RURAL

41. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) tem por objetivo geral dar subsídios para as decisões dos agentes públicos e privados quanto à adequabilidade de planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas. Na elaboração e implementação do ZEE, são observadas algumas categorias de pressupostos.

Considere os seguintes pressupostos:

• apresentar termo de referência detalhado;

• gerar produtos, por meio do Sistema de Informações Geográficas, compatíveis com os padrões aprovados pela Comissão Coordenadora do ZEE;

• normatizar com base nos referenciais da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da Comissão Nacional de Cartografia.

Os pressupostos apresentados são identificados como

A) técnicos

B) financeiros

C) econômicos

D) institucionais

E) ambientais

Comentários:

Segundo o art. 7º do Decreto nº 4.297/2002, a elaboração e implementação do ZEE observarão os pressupostos técnicos, institucionais e financeiros. Dentre os pressupostos técnicos, os executores de ZEE devem apresentar (art. 8º):

I - termo de referência detalhado;

II - equipe de coordenação composta por pessoal técnico habilitado;

III - compatibilidade metodológica com os princípios e critérios aprovados pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, instituída pelo Decreto de 28 de dezembro de 2001;

IV - produtos gerados por meio do Sistema de Informações Geográficas, compatíveis com os padrões aprovados pela Comissão Coordenadora do ZEE;

V - entrada de dados no Sistema de Informações Geográficas compatíveis com as normas e padrões do Sistema Cartográfico Nacional;

VI - normatização técnica com base nos referenciais da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da Comissão Nacional de Cartografia para produção e publicação de mapas e relatórios técnicos;

VII - compromisso de disponibilizar informações necessárias à execução do ZEE; e

VIII - projeto específico de mobilização social e envolvimento de grupos sociais interessados. Os itens destacados são os cobrados pela questão.

Gabarito: letra A

42. A discussão sobre o desenvolvimento sustentável foi iniciada em 1972, em Estocolmo na Suécia, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Sua definição, formulada no documento "Nosso Futuro Comum", em 1987, diz que desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. Ele está ancorado no desenvolvimento econômico da humanidade, baseado na conservação dos recursos naturais. Desse modo, o desenvolvimento de maneira sustentável indica que os recursos naturais sejam utilizados de maneira racional, ou seja, sem o seu esgotamento, com vistas à conservação desses recursos para as gerações futuras.

O conceito de desenvolvimento sustentável é estruturado por três grandes princípios, que são as sustentabilidades

A) financeira, ambiental e tecnológica

B) digital, tecnológica e social

C) social, ambiental e econômica

D) ambiental, jurídica e política

E) política, financeira e ambiental

Comentários:

São três as dimensões da sustentabilidade: ambiental (proteção do meio ambiente), econômica (viabilidade econômica) e social (justiça social). É o chamado Tripé da Sustentabilidade ou ainda *Triple Bottom Line*.

Gabarito: letra C

43. O selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg) deve ser utilizado apenas em produtos orgânicos certificados, controlados por organismos de avaliação da conformidade, credenciados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).
O produto orgânico com selo do SisOrg poderá ser vendido em todo o território nacional, salvo quando

o produto processado apresentar registro municipal ou estadual, obedecendo, assim, à legislação local específica para cada tipo de produto. Agricultores familiares que fazem parte de Organizações de Controle Social (OCS) cadastradas no Mapa ou que vendem somente de forma direta aos consumidores são dispensados da certificação.
É permitido uso do selo do SisOrg em produtos orgânicos certificados somente por

A) Sistemas Participativos de Garantia

B) Organizações de Controle Social (OCS)

C) Organizações de Controle Social (OCS) e por Sistemas Participativos de Garantia

D) Certificação por Auditoria e por Sistemas Participativos de Garantia

E) Certificação por Auditoria, por Organizações de Controle Social (OCS) e por Sistemas Participativos de Garantia

Comentários:

A alternativa A está errada, pois não são apenas os Sistemas Participativos de Garantia que realizam a certificação de produtos orgânicos no Sistema brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg).

A alternativa B está errada (assim como C e E pelo mesmo motivo), pois as Organizações de Controle Social atuam no credenciamento de agricultores familiares para a venda direta, sendo que essa modalidade de comercialização é isenta de certificação e, portanto, não exibe o selo do SisOrg.

A alternativa D está correta, pois os sistemas de Certificação por Auditoria e os Sistemas Participativos de Garantia integram o Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica como Organismos de Avaliação da Conformidade-OAC.

Gabarito: letra D

44. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico de âmbito nacional, integrado ao Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima), com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo a base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e para o combate ao desmatamento. Um investidor do setor agrícola, visando a desenvolver atividades agropastoris, adquiriu um imóvel rural no Brasil, fora da Amazônia Legal, situado a altitude de 1.000 m, em área não litorânea. O terreno possui as seguintes características:

• área plana ou com declividade inferior a 20;

• área equivalente a 3,8 módulos fiscais;

• imóvel sem Cadastro Ambiental Rural (CAR), Cota de Reserva Ambiental (CRA) ou área de Reserva Legal averbada na matrícula do imóvel;

• área cortada por um rio perene de largura de 20 m;

• presença de uma nascente e de um lago natural de 2 ha de espelho d'água;

• existência de 15% de vegetação nativa remanescente.

O proprietário não possui nenhum outro imóvel rural com pendências jurídicas na área em questão. Buscando evitar sanções legais e melhorar a sustentabilidade da propriedade foram adotadas as seguintes medidas:

I - recomposição de mais 5% da área com floresta nativa para fins de adequação como Reserva Legal;

II - recomposição das faixas marginais de Áreas de Preservação Permanente (APA), no raio de 50 metros no entorno da nascente e do lago e na faixa de 50 metros da borda da calha do leito regular do rio;

III - recomposição de mais 15% da área com floresta nativa para fins de adequação como Cota de

Reserva Ambiental (CRA), além da Reserva Legal;
IV - inscrição do imóvel rural no CAR, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual, identificando o imóvel por meio de planta, memorial descritivo, coordenadas com pelo menos um ponto de amarração, localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente (APA) e da Reserva Legal.
Para sanar os passivos legais do imóvel e evitar problemas judiciais, o proprietário é obrigado a adotar SOMENTE as medidas indicadas em

A) I e III

B) II e IV

C) I, II e III

D) I, II e IV

E) II, III e IV

Comentários:

O item I está correto, pois com mais 5% de floresta nativa a propriedade chegará a 20% de área para a Reserva Legal exigidos pelo art. 12 da Lei nº 12.651/2012.

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei:

I - localizado na Amazônia Legal:

a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;

b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;

c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).

O item II está correto. A APP mínima no entorno de nascente é 50 metros (art. 4º, IV), assim como na margem de curso de água que tenha entre 10 e 50 metros de largura (art. 4º, I, "b") e no entorno dos lagos e lagoas naturais com até 20 hectares nas zonas rurais (art. 4º, II, "a").

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

O item III está errado, pois a instituição de Cota de Reserva Ambiental não é obrigatória.

O item IV está correto, em função da obrigatoriedade do CAR (art. 29, § 1º).

Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

§ 1º A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual, que, nos termos do regulamento, exigirá do proprietário ou possuidor rural:

I - identificação do proprietário ou possuidor rural;

II - comprovação da propriedade ou posse;

III - identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal.

Gabarito: letra D

45. No âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, é comum o uso de instrumentos de mercado para ajudar os países a atingirem as suas metas de contribuição, em termos de redução de emissões de gases de efeito estufa. Antes do Acordo de Paris, no âmbito do Protocolo de Quioto, existia um instrumento econômico que permitia a negociação entre países com metas (Anexo I) e países sem meta (Não Anexo I). Havia, também, um instrumento que permitia a implantação agrupada entre países com metas. Com o Acordo de Paris, como todos os países partes passaram a ter metas de contribuições nacionalmente determinadas (NDCs), novos instrumentos econômicos surgiram. Qual instrumento de mercado, estruturado no Acordo de Paris, propõe transações diretas de mitigações de emissões reais entre os países partes, desde que as cooperações sejam voluntárias e não haja dupla contagem no atendimento das NDCs?

A) Implantação Conjunta ou Joint Implementation (JI)

B) Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ou Clean Development Mechanism (CDM)

C) Resultados de Mitigação Transferidos Internacionalmente ou Internationally Transferred Mitigation Outcomes (ITMOs)

D) Sistema de créditos/linhas de base para transações entre entidades públicas e privadas em projetos de mitigação

E) Baixa Emissão de Carbono na Agricultura ou Low Carbon Emission in Agriculture (ABC Plan)

Comentários:

As alternativas A e B trouxeram mecanismos previstos no Protocolo de Quioto, não no Acordo de Paris.

A alternativa C está correta. Trata-se do mecanismo previsto no art. 6º do Acordo de Paris. Inclusive, ao participar voluntariamente de abordagens cooperativas que impliquem o uso de resultados de mitigação internacionalmente transferidos para fins de cumprimento das contribuições nacionalmente determinadas, as Partes devem promover o desenvolvimento sustentável e assegurar a integridade ambiental e a transparência, inclusive na governança.

As alternativas D e E não se referem diretamente a acordos climáticos.

Gabarito: letra C

46. Um Sistema Orgânico de Produção Agropecuária é aquele em que se utilizam recursos naturais e socioeconômicos disponíveis, com respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo em vista a sustentabilidade econômica, ecológica e os benefícios sociais, assim como a proteção do meio ambiente. Existem diferentes correntes de produção orgânica, sendo que todas elas têm em comum o modo de produção agrícola que não utiliza produtos químicos sintéticos (fertilizantes e pesticidas) nem organismos geneticamente modificados (OGMs), respeitando o meio ambiente e a biodiversidade. Associe essas diferentes correntes de produção orgânica, com suas respectivas características apresentadas a seguir.

I - Sistema Agroflorestal (SAF)

II - Agricultura Biológica

III - Agricultura Biodinâmica

P - Primeiro movimento do gênero reconhecido nos tempos atuais, com desenvolvimento na década de 1920 a partir das ideias de Rudolf Steiner (1861–1925), mesclando conhecimentos químicos, geológicos e astronômicos, e usando preparados homeopáticos e calendário astronômico.

Q - Conjunto de princípios agrícola e social de design baseado em padrões e características observados em ecossistemas naturais, desenvolvido por David Holmgren e Bill Mollison, em 1978, que usa o termo "permacultura" para se referir à "agricultura e cultura permanentes".

R - Forma de uso e manejo dos recursos naturais, na qual árvores, arbustos, trepadeiras e herbáceas são utilizadas em associação deliberada com cultivos agrícolas e/ou com animais na mesma área, de maneira simultânea ou em sequência temporal, com o objetivo de conciliar o aumento da produtividade e a rentabilidade econômica com a proteção ambiental e a qualidade de vida.

S - Abordagem estabelecida por Masanobu Fukuoka (1913 – 2008), agricultor e filósofo japonês que criou um modo de produção que evita insumos e equipamentos fabricados, trabalhando, dessa forma, junto com a biodiversidade natural e estimulando a complexidade dos organismos vivos.

As associações corretas são:

A) I – P , II – Q , III – R

B) I – P , II – R , III – S

C) I – Q , II – S , III – P

D) I – R , II – S , III – P

E) I – S , II – P , III – R

Comentários:

As características indicadas em P correspondem à Agricultura Biodinâmica (III), que foi um sistema pioneiro de agricultura alternativa, surgido na década de 1920 proveniente de um ramo da filosofia denominado "antroposofia", fundada pelo austríaco Rudolf Steiner.

O método de produção da agricultura biodinâmica combina práticas de não utilização de insumos químicos com a preparação de compostos biodinâmicos (preparados homeopáticos) e de elementos esotéricos como influências astronômicas, como as fases da Lua, entre outros.

A descrição em Q corresponde à corrente da Permacultura, que objetiva a criação de sistemas de produção com foco na sustentabilidade e permanência da espécie humana em equilíbrio com o meio ambiente

O enunciado E corresponde à descrição de Sistema Agroflorestal (I), um tipo de sistema de produção integrada em que se incorpora o componente arbóreo à unidade de produção, podendo empregar espécies frutíferas, madeireiras ou fornecedoras de produtos florestais não madeireiros. O componente arbóreo favorece a ciclagem de nutrientes (absorção de nutrientes pelo sistema radicular mais profundo e sua incorporação às camadas superficiais pela deposição de serrapilheira), o controle de plantas daninhas (sombreamento), a proteção do solo contra a erosão (cobertura), o conforto térmico animal (em pastagens integradas), além dos benefícios econômicos (produção de frutos, reserva de capital na forma de madeira).

A descrição S corresponde à Agricultura Biológica (II), um dos primeiros movimentos de contestação da agricultura convencional que busca promover e melhorar a saúde dos agroecossistemas, aumentando a biodiversidade e favorecendo a atividade biológica do solo e os ciclos ecológicos.

Gabarito: letra D

47. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023), em 2019, 22% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) vieram das atividades de Agricultura, Floresta e Outros Usos da Terra (AFOLU, sigla em inglês). Por outro lado, essas atividades são muito impactadas pelas mudanças do clima, pois respondem de forma direta e indireta às variações meteorológicas de temperatura, radiação solar, chuva, umidade do ar e velocidade do vento. Uma das atividades de AFOLU é o plantio de arroz irrigado por inundação. O arroz é considerado o produto de maior importância econômica em muitos países em desenvolvimento, constituindo alimento básico para cerca de 2,4 bilhões de pessoas, e desempenhando papel estratégico tanto em nível econômico quanto social para os povos das nações mais populosas da Ásia, África e América Latina.

No que diz respeito à mudança do clima, a cultura de arroz irrigado por inundação contribui principalmente para emissão direta de

A) dióxido de carbono (CO_2)

B) metano (CH_4)

C) óxido nitroso (N_2O)

D) clorofluorcarbonetos (CFCs)

E) ozônio (O_3)

Comentários:

O cultivo de arroz inundado é uma fonte de emissão antrópica global de metano (CH_4). Estima-se que a taxa de emissão global desse gás nos campos de arroz irrigado varie de 20 a 100 Teragramas (média de 60 Tg) por ano, o que corresponde a 16% do total de emissão de todas as fontes (IPCC, 1995).

Gabarito: letra B

48. A agricultura brasileira é um setor econômico altamente competitivo, que gera empregos, alimentos, bioenergia, riqueza e superávits primários, contribuindo para o crescimento do PIB nacional. Entretanto, a atividade agropecuária pode trazer uma série de impactos para o meio ambiente em termos de depleção e degradação da base de recursos naturais e de poluição das águas, solos e ar. Tendo em vista que esse setor é essencial para produção de alimentos, devem ser adotadas práticas adequadas de gestão para minimização dos danos ambientais.

Uma prática adequada de gestão ambiental, visando a minimizar os danos ambientais do setor agrícola, é o(a)

A) uso do sistema de irrigação por pivô central, em substituição ao sistema por gotejamento.

B) uso da agricultura comercial (moderna) intensiva de larga escala, em substituição à agricultura familiar extensiva orgânica.

C) uso de fertilizantes químicos para condicionamento do solo, em substituição aos adubos orgânicos.

D) adoção de práticas agrossilvipastoris em médias propriedades, em substituição a práticas agrícolas do tipo monocultura em grandes propriedades.

E) adoção de práticas de queimadas e desmatamentos de novas áreas, em substituição aos recondicionamentos de áreas existentes.

Comentários:

Essa questão cobrou do candidato conhecimentos gerais a respeito de práticas agrícolas sustentáveis.

A alternativa correta é a D, tendo em vista que a adoção de práticas agrossilvipastoris (ILPF, SAF) em médias propriedades, em substituição a práticas agrícolas do tipo monocultura em grandes propriedades, estão associadas com diversos benefícios, como melhoria da qualidade do solo, maior resiliência do sistema produtivo e eficiência no uso da terra.

Dessa forma, configura-se como uma prática adequada de gestão ambiental que minimiza os danos ambientais do setor agrícola. As demais alternativas envolvem práticas menos sustentáveis, como o uso intensivo de insumos químicos, que pode levar à degradação ambiental, ou o uso de técnicas como queimadas e desmatamentos, que são prejudiciais ao meio ambiente.

Gabarito: letra D

49. O Decreto nº 9.841/2019 dispõe sobre o Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), a fim de disponibilizar informações de avaliação, quantificação e monitoramento de riscos agroclimáticos à sociedade. O ZARC é uma ferramenta de análise do risco que auxilia a tomada de decisão no campo, considerando a probabilidade de ocorrência de adversidades baseada em séries históricas de dados climáticos e em características da cultura e do solo. Atualmente, o ZARC tem adotado um novo sistema de classificação de solos que deixa de utilizar o tradicional sistema de solos "Tipo 1", "Tipo 2" e "Tipo 3" e passa a adotar uma nova metodologia que define seis classes de água disponível (AD1, AD2, AD3, AD4, AD5, AD6). Dessa forma, a água disponível (AD) do solo é estimada para cada área de produção, a partir da sua composição textural determinada por análise de solo padrão. A estimativa é feita através do uso de uma equação (função de pseudotransferência), devidamente ajustada para os distintos solos brasileiros. Calculada a AD, é definido o enquadramento em uma classe de AD. No caso de um cultivo de sequeiro, ao se considerar uma classe e a profundidade efetiva média do sistema radicular do cultivar, é possível verificar se a necessidade de água do cultivar é atendida pela classe de solo.

Buscando avaliar o risco agroclimático do cultivo da soja no Mato Grosso do Sul, um agrônomo colheu amostras de um solo, determinou a composição granulométrica e, ao aplicar os teores percentuais na função de pseudotransferência, obteve um valor de AD de 0,75 mm/cm.

Dessa forma, o agrônomo classificou esse solo como

A) AD1

B) AD2

C) AD3

D) AD4

E) AD5

Comentários:

A alternativa A está errada, pois a classe AD1 indica valores de água disponível maiores ou iguais a 0,34 e menores que 0,46 mm cm-1.

A alternativa B está errada, pois a classe AD2 indica valores de água disponível maiores ou iguais a 0,46 e menores que 0,61 mm cm-1.

A alternativa C está correta, pois a classe AD3 indica valores de água disponível maiores ou iguais a 0,61 e menores que 0,80 mm cm-1.

A alternativa D está errada, pois a classe AD4 indica valores de água disponível maiores ou iguais a 0,80 e menores que 1,06 mm cm-1.

A alternativa E está errada, pois a classe AD5 indica valores de água disponível maiores ou iguais a 1,06 e menores que 1,40 mm cm-1.

Gabarito: letra C

50. A responsabilidade humana na conservação de nosso habitat tem se tornado cada vez mais importante, evidenciando a conexão entre a disponibilidade de recursos naturais, a produção e o consumo de bens e o reaproveitamento de materiais como fator essencial para a manutenção do aporte de bens e serviços à população ao longo dos próximos anos. Conceitualmente, do ponto de vista da gestão ambiental, a conservação é uma estratégia desenvolvida para o uso e aproveitamento de determinados ecossistemas, mantendo-os ativos e com capacidade de recomposição.
Diante disso, os ecossistemas que se enquadram nesse conceito de conservação são os

A) parques nacionais e os cultivos orgânicos

B) parques nacionais e as florestas sob exploração sustentável

C) parques nacionais e as áreas de proteção ambiental

D) cultivos orgânicos e as áreas de proteção ambiental

E) cultivos orgânicos e as florestas sob exploração sustentável

Comentários:

A ideia de conservação apresentada pelo enunciado diz respeito a um uso sustentável dos recursos ambientais da área, o que possui mais relação com cultivos orgânicos e florestas sob exploração sustentável.

Os parques nacionais são categorias de unidade de conservação de proteção integral, que admitem apenas o uso indireto dos cursos e as áreas de proteção ambiental, embora categorias de uso sustentável não necessariamente servirão para a exploração sustentável dos recursos como a abordagem da questão pediu.

Gabarito: letra E

Estratégia
Concursos